

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 26 DE MARÇO DE 2014

NÚMERO 6.670

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascari
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Merisio
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Dado Cherem - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Renato Hinnig
Antonio Aguiar

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascari
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Gelson Merisio
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Ciro Roza
Darci de Matos
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Reno Caramori
Renato Hinnig

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Darci de Matos
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Ciro Roza
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Altair Guidi
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Altair Guidi
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 120ª Sessão Ordinária realizada em 19/12/2013.....2 Ata da 049ª Sessão Extraordinária realizada em 19/12/2013..... 12 Ata da 050ª Sessão Extraordinária realizada em 19/12/2013..... 18</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes.....21 Ofícios22 Projetos de Lei23 Projeto de Lei Complementar26 Redações Finais27 Requerimento.....28</p>
---	---	--

PLENÁRIO

ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 09h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Solicito também aos srs. deputados que se encontram nos gabinetes, que compareçam ao plenário para começarmos a discussão das matérias pautadas na Ordem do Dia de hoje.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Presidente, gostaria que v.exa. informasse a esta Casa, pois tenho curiosidade em saber, uma vez que não temos Ordem do Dia impressa e ontem no final da tarde tivemos reunião dos líderes para deliberar matérias que seriam votadas hoje, se está incluído na Ordem do Dia o projeto que trata do Ministério Público?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Sr. deputado Gelson Merisio, realizamos uma reunião com líderes, aberta a todos os deputados no início da noite de ontem, sobre o encaminhamento do projeto de interesse do Ministério Público. As bancadas do PMDB, do PP, do PSDB, do PSD, do PCdoB, e do PPS, se manifestaram favoráveis à deliberação da matéria em Plenário no dia de hoje. As bancadas do PSOL e do DEM se abstiveram, mas estão de acordo com a deliberação. A bancada do Partido dos Trabalhadores marcou uma reunião para deliberar se a deputada Luciane Carminatti devolveria o pedido de vistas, que é regimental. A informação que recebemos é de que a decisão do PT é por não permitir a deliberação da matéria em plenário. As demais bancadas todas querem deliberar a matéria, é preciso deixar isso claro. A informação que recebi - apesar de a líder do PT não está presente neste momento - é de que a deputada Luciane Carminatti está com o projeto em gabinete, que é regimental. O que ocorre é que para a matéria ser deliberada é necessário que a deputada Luciane Carminatti faça a devolução à comissão e aí, sim, poderíamos deliberar em Plenário.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Sr. presidente, quero deixar registrado nesta Casa, na condição de ex-presidente deste Parlamento, sempre preocupado com a relação institucional que devemos ter com os demais poderes, porque tenho convicção de que estamos cometendo um grande equívoco quando nos negamos a deliberar, e esse é o termo, projetos do Tribunal de Justiça sobre matérias que tratam de servidores e também matérias desta Casa. Ontem, ainda, votamos um projeto de resolução da Casa que foi protocolado no dia 10/12.

O projeto do Ministério Público está tramitando nesta Casa desde o dia 17 de setembro, portanto, não é por falta de tempo ou de debate. E não estou questionando o direito que tem a deputada Luciane Carminatti de pedir vista ao projeto, tampouco estou sugerindo que se quebre o acordo de líderes, mas estou fazendo o registro de que quando não votamos passamos a impressão de que é uma posição desta Casa, o que não é verdade. O voto contrário, o voto divergente, o voto discordando da matéria é um voto político que tem que ser respeitado e entendido, mas a não deliberação transmite à sociedade uma má atuação desta Casa.

Quero deixar muito claro que sou absolutamente favorável aos acordos de líderes

que foram feitos têm que ser cumpridos, pois é uma tradição desta Casa. Jamais descumprir um acordo de líderes e não é isso que está em questão.

Também entendo a posição individual da deputada Luciane Carminatti em pedir vista, pois é regimental e ela tem todo o direito. Agora, não podemos passar para o Ministério Público, para a sua categoria, que essa é uma posição da Casa que não quer votar. Não é verdade. A imensa maioria da Casa, mais de 30 deputados, quer deliberar a matéria, muitos dos quais que querem deliberar é para ter voto contrário.

Então, sou absolutamente contrário ao encaminhamento, inclusive dos líderes, porque normalmente eles devem liderar as suas bancadas. Se a maioria quer votar, como é que os líderes deliberam por não votar?

Eu acho que o entendimento foi feito de uma forma equivocada e quero deixar registrado esse posicionamento e a desconformidade em não deliberar a matéria, independentemente do resultado. Contra ou a favor, é um posicionamento político, mas não deliberar é um posicionamento da Casa, do qual discordo veementemente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Gelson Merisio.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero dizer que tenho a maior tranquilidade em permanecer com o projeto porque tenho direito ao pedido de vista. Isso não é desrespeitar o Ministério Público, muito pelo contrário, é um respeito a este Parlamento. Eu não quero um Parlamento de joelhos, um Parlamento que quebra o Regimento e que faz um acordo de líderes num dia e no dia seguinte modifica esse acordo com a prerrogativa de que estamos negando o direito de andar com o processo. Não é bem assim. Temos o direito ao pedido de vista. E tenho a tranquilidade de dizer, sr. presidente, que quando da votação da PEC n. 0037 eu fui a primeira deputada que apresentou um requerimento aprovado nesta Casa muito antes das manifestações de julho, que permitiam que nesse requerimento fôssemos contra a PEC n. 0037. Naquela ocasião, vários parlamentares aqui me questionaram por que eu estava dando muito poder ao Ministério Público. Não é isso. Eu quero instituições fortes e que cumpram com o seu papel. Esse é o papel: defender o Parlamento, e é claro que o Ministério Público fazer o seu papel.

Então, votei contra a PEC n. 0037, mas me dou ao direito de regimentalmente, ficar com o que o Regimento permite, que é o pedido de vista.

A comissão de Finanças já fez reunião e o presidente Gilmar Knaesel, respeitando o Regimento desta Casa, mantém o meu pedido de vista.

Eu respeito a posição do deputado Gelson Merisio, mas quero dizer que se todos os parlamentares quisessem que fosse votado esse projeto no dia de ontem, não teríamos um acordo para não tramitação. E foi votado pelos líderes, ontem. Não colocaram em tramitação esse projeto.

Eu mantenho a palavra. Temos que manter a nossa palavra. Então, quero permanecer com o pedido de vista, como já foi votado na comissão de Finanças e Tributação.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputada Luciane Carminatti.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, primeiramente, quero cumprimentar o nosso sempre presidente Gelson Merisio pelo papel relevante que tem nesta Casa com o seu debate. Porém, divirjo do contexto porque a democracia se consolida com os poderes fortes.

Em primeiro lugar, o Ministério Público não pode, em hipótese alguma, considerar a nossa postura como um processo de desrespeito, até mesmo porque defendendo a relação entre os poderes da forma mais forte possível, considerando-se que o Ministério Público não é poder. Porém, quero aqui ressaltar que uma coisa que jamais podemos quebrar aqui é o acordo de lideranças feito de forma correta, não de forma incorreta.

Em segundo lugar, quero parabenizar o deputado Gilmar Knaesel, porque à medida que isso se cumpre estaremos fortalecendo este Parlamento.

Quero dizer, ainda, que o fato de não aprovarmos esse projeto aqui hoje em nenhum momento trata-se de algo relacionado às atividades do Ministério Público. Assim como aqui outras matérias foram aprovadas, é importante relatar que há várias matérias de autoria de diversos deputados que também não foram aprovadas.

Então, não sei por que esse cavalo de batalha, e entendo que podemos, tranquilamente, dentro do que foi acordado, cumprir o fortalecimento deste Poder como órgão representativo da sociedade catarinense.

Faço esse debate com muita tranquilidade, porque acho que tenho sido um dos deputados que mais têm questionado o Ministério Público, assim como vou questionar a compra do prédio, que saiu hoje nos jornais, no valor de R\$ 123 milhões sem licitação, embasado na Lei n. 866. Esse é um tema que vai vir agora em fevereiro. Não vou abordar isso hoje, mas, de acordo com a Lei da Transparência, vou pedir informações sobre essa compra, contrato e tudo. Ou não me cabe esse papel?

O que não dá para aceitar é que, se a cada projeto que vem deles colocarmos apenas uma vírgula, estaremos desrespeitando-os, desacreditando-os.

Então, cumprimento o deputado Gelson Merisio pela sua defesa e faço a defesa clara. Não é questão de curvar-se ou não, mas de respeitarmos internamente e cumprirmos solidariamente o papel que no conjunto sempre tivemos aqui.

Os meus respeitos ao Ministério Público, e mantenho a minha posição firme, principalmente depois dos R\$ 123 milhões, sendo que hoje está sendo paga a primeira parcela de R\$ 30 milhões que era para devolver para o governador e que já não vai ser devolvida.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Joares Ponticelli e srs. deputados, eu fui voto vencido na reunião de líderes, quando me posicionei dizendo que o projeto do Ministério Público deveria ser votado este ano. Ontem, a liderança do PMDB, e v.exa. acabou de mencionar, também se posicionou com o seu voto favorável.

Queremos, primeiramente, dizer, deputada Luciane Carminatti - e v.exa. está com pedido de vista ao projeto -, que devemos ter vontade de um bom relacionamento.

O projeto do Código Ambiental não tramitou nas duas comissões principais da Assembleia. Eu tive solicitações de cooperativas, de produtores, de colegas deputados e, especialmente, de v.exa. para que esse projeto pudesse ser votado antes do recesso parlamentar.

Acho que temos que ter o entendimento. O projeto está aí para ser votado, não vai passar nas comissões de Agricultura e de Meio Ambiente. E acho, deputado Jailson Lima, que a questão não é ser contra ou a favor, mas de um Poder independente, que pede para analisarmos o seu projeto. Nós temos a liberdade de votar contra ou a favor. Parece-me, embora haja esse acordo de líderes, que deve ser cumprido, mas também se deve ouvir a maioria do plenário, que gostaria que esse projeto pudesse ser votado.

O apelo que eu faço, pelo bom entendimento e pelo relacionamento que devemos ter de

independência e harmonia, é no sentido de que possa haver a compreensão dos deputados para esse projeto e que ele possa vir para o plenário no dia de hoje.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dóia Guglielmi.

O SR. DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Sr. presidente, desde a primeira reunião que foi solicitada pelos líderes desta Casa, nós já nos manifestamos no sentido de que o PSDB é favorável que ele venha pela deliberação em plenário. E realmente aí cada um marcará o seu voto da maneira que entender quanto ao projeto.

Queremos dizer que também concordamos que acordo de liderança deve ser mantido. E nós queremos dizer que a deputada Luciane Carminatti também tem o direito regimental, até para que faça uma avaliação, estude melhor o projeto e apresente a sua emenda, conforme ela está solicitando.

Nós, do PSDB, gostaríamos que ele fosse deliberado e que houvesse a votação nesta Casa na manhã de quinta-feira.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, primeiramente, desejo reforçar aquilo que foi dito pelo ex-presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, sobre a importância de mantermos para o bem da democracia do estado de Santa Catarina uma sintonia, um bom relacionamento, o respeito e autonomia de cada Poder do nosso estado.

Em segundo lugar, sr. presidente, talvez os telespectadores que estão nos acompanhando não estejam entendendo bem o que estamos discutindo aqui, o teor do projeto. Mas, quero apenas explicar que se trata do projeto de lei do Ministério Público e saber se vamos colocar em pauta ou não. É um projeto que cria 400 cargos de assessoria às promotorias de Santa Catarina.

Muito bem! É impacto de R\$ 7 milhões por ano. O promotor público tem um assistente, um assessor, e esta Casa também tem assessoria. Nós, deputados estaduais, temos assessoria que se faz necessário para cumprir com as nossas tarefas de fiscalizar e legislar, e o Ministério Público está propondo, reivindicando a criação de mais um assistente para cumprir com essas tarefas, com a sua missão em defesa da sociedade catarinense.

Concluo dizendo, sr. presidente, que esta Casa sempre manteve o acordo de líderes, isso tem que ficar claro. No dia de ontem a comissão de Constituição e Justiça quebrou o acordo de líderes e colocou em discussão o projeto do Ministério Público, e aí reside a grande questão, deputada Luciane Carminatti. A bancada do Partido dos Trabalhadores está representada na comissão de Constituição e Justiça com dois deputados, mas não questionou a quebra do acordo, ao contrário, concordou e ofereceu o voto de vista com emenda, que foi aprovada na comissão de Justiça.

Deputada Ana Paula Lima, estou falando a verdade e talvez doa, mas tem que ser dita. V.Exa. apresentou uma emenda, que foi votada e aprovada na comissão de Constituição e Justiça, e concordou com a quebra do acordo de líderes. Então, naquele momento quando interessava, quando tinha a maioria, houve concordância de v.exas. Depois, apresentei, na comissão de Finanças e Tributação, uma emenda suprimindo a emenda da deputada Ana Paula que, quando sentiu que perderia na votação, pediu vista em gabinete. Isso tem que ficar claro. Concordo que é regimental, mas tem que ser colocado à população catarinense os fatos verdadeiros. A bancada do Partido dos Trabalhadores teve uma posição na comissão de Constituição e Justiça e teve outra na comissão de Finanças e Tributação.

Essa é a verdade que tem que ser dita.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, demais pares deputados, eu estou aqui com a Ordem do Dia de hoje, inclusive informo que a comissão de Constituição e de Justiça apresentou parecer contrário a diversos projetos e um deles é o Projeto de Lei n. 0039/2011, de autoria deste deputado, que pretendia revogar a Lei n. 12.929, de 2004, que possibilita entidades privadas no serviço público de saúde no estado de Santa Catarina. E da mesma forma, temos projetos tramitando neste Poder há mais de mil dias.

E nestes sete anos, a pedido deste parlamentar, um projeto apenas foi trazido para plenário, nestas rodadas de lideranças, para ver o que vota e o que não vota. Registre-se, com dois anos de atraso.

No projeto da anistia aos praças punidos pelo movimento de 2008, dois anos depois ele veio a plenário. Dois anos depois do primeiro pedido!

Então, quero registrar isso. Aliás, veio, deputado Gelson Merisio, porque v.exa. contribuiu para isso na forma de um projeto do chefe do Poder Executivo, o governador, pois é fato que votamos outros projetos que chegaram depois do projeto do Ministério Público, aqui na Casa, e nem todos consensuais.

Eu me absteve da decisão na reunião de líderes de ontem à noite, porque não tinha participado do acordo de líder da terça-feira de manhã. Eu não estava na reunião no momento em que foi feito o acordo, de forma que não estava amarrado, não me senti amarrado por aquele acordo.

Com relação ao mérito do projeto do Ministério Público Estadual, a minha posição política, e imaginei que ele seria votado no ano de 2013, é contrária, e acho que algumas coisas têm que ser consideradas.

A diferença de objetivo e de caráter entre a Assembleia Legislativa e o Ministério Público tem que ser analisada. Não é simplesmente vir aqui e dizer que os deputados têm cargos comissionados. Não tem que ser colocado em discussão se o Ministério Público tem cargos comissionados ou se o Poder Judiciário tem que ter ou não.

É preciso entender o Ministério Público como fiscal da lei, que é muito diferente da missão parlamentar e da formação de um Parlamento, que tem o objetivo, justamente, de representar os diversos anseios, as classes sociais e os diferentes segmentos de classes sociais que integram o conjunto da sociedade.

É, portanto, evidente que há uma disputa política, ideológica e programática. Justifica-se a necessidade do cargo comissionado, mais aquele órgão tem como objetivo ser o fiscal da lei, o fiscal da Constituição.

Não obstante isso, considero, inclusive, se um dia isso estiver em pauta, que talvez poderiam ser menos comissionados também na Assembleia Legislativa, e mais efetivos. Não teria problema nenhum, embora tenha uma posição programática e ideológica muito clara, mas minoritária nesta conjuntura.

Não veria problema nenhum em diminuir a quantidade de cargos comissionados da Assembleia e aumentar a quantidade de servidores efetivos. Inclusive nos gabinetes. No meu gabinete, inclusive. Não teria dificuldade nenhuma com relação a isso.

A minha posição em relação ao projeto do Ministério Público do Estado de Santa Catarina é contrária. Se avaliarmos hoje, veremos que o Ministério Público tem proporcionalmente menos servidores efetivos do que a Assembleia Legislativa, que é a Casa Política do Povo Catarinense, tem proporcionalmente mais servidores efetivos.

Aqui está mais ou menos meio a meio entre os comissionados e os efetivos. Aqui na

Assembleia Legislativa, que é a Casa Política. No Ministério Público os efetivos, se forem considerar todos aqueles que trabalham e que servem dentro daquele órgão, apenas um terço, cerca de um terço, para não cometer nenhum lapso de falta de precisão, são efetivos. E o Ministério Público é o fiscal da lei! Então, é evidente que a gente precisa refletir melhor sobre isso, porque por respeito, não poderia ser diferente, ao direito parlamentar, regimental, da deputada Luciane Carminatti, de ter vista do projeto.

Porque também, e aí quero alertar isso, porque se tem a preocupação de que possa parecer que é uma posição do Poder Legislativo em relação ao Ministério Público, porque este projeto deveria então, ter chegado antes à comissão de Finanças e Tributação.

O projeto ficou três meses na comissão de Constituição e Justiça, e as bancadas governistas têm maioria absoluta, absoluta, absoluta, em todas as comissões, que são proporcionais a representação no Poder.

Não é uma crítica pessoal ou mesmo política ao presidente da comissão de Constituição e Justiça, deputado Mauro de Nadal, que está ao meu lado, porque isso é uma prática neste Poder, pelo menos nesses sete anos que estou aqui, de todos os presidentes que passaram. O projeto fica três meses, seis meses na comissão de Constituição e Justiça, e depois em duas horas querem que as outras duas ou três comissões deliberem.

Então, é preciso dizer também que as forças majoritárias desde Poder, e aí isentando totalmente a figura do presidente da comissão de Constituição e Justiça, que compõem a maioria das comissões, a maioria do plenário, a maioria da Mesa Diretora, deixaram a situação chegar a este ponto, porque o projeto ficou três meses na comissão de Constituição e Justiça.

Esta é a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado. Eu apenas peço que os srs. deputados sejam breves na sua manifestação porque até as 18h pretendemos iniciar a votação do código e depois do Orçamento.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Inclusive, sr. presidente, o meu voto que era à tarde, já transferi para amanhã, pois acredito que pelo andar da discussão vamos até meia-noite, pois os temas são importantes e vão gerar bastante debate.

Só precisamos esclarecer o fato levantado há pouco aqui imputando uma responsabilidade à presidência da comissão de Constituição e Justiça no acordo de líderes que foi firmado na terça-feira quando fui bem claro de que quanto à tramitação, havia entendimento de líderes, porém na comissão de Constituição e Justiça o projeto do Ministério Público não ficaria porque o prazo já havia se esgotado.

Nós precisamos votar o projeto na comissão a favor ou contra. Fato esse que teve a compreensão da bancada do Partido dos Trabalhadores que ofereceu o seu voto, do contrário, tínhamos um pedido, um requerimento da referida bancada para a realização de uma audiência pública sobre a questão deste projeto.

Então, houve a deliberação, houve uma manifestação clara, inequívoca desta presidência de que na comissão de Constituição e Justiça o projeto não ficaria porque o prazo havia sido esgotado, e precisávamos deliberar.

Então, esse foi o encaminhamento dado na reunião de líderes. Que fique bem claro isso!

O Sr. Deputado Dirceu Drech - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, parece-me que o Orçamento não está sendo muito importante este ano porque esta

sessão foi convocada para isso, não é? Mas sobre o outro tema, quero aqui, com muita tranquilidade, defender o direito regimental de nossa deputada ou nosso deputado, seja quem for dos 40 deputados desta Casa, o direito constitucional de pedir vista a um projeto. Essa é a primeira questão.

Em segundo lugar, aqui há um movimento muito estranho, porque não era essa a discussão na reunião de liderança, que este projeto tinha que ser votado esta semana, e agora está se tentando aqui forçar a nossa bancada a tomar essa decisão já. Isso não estava colocado até ontem.

Estranho esse movimento que veio ontem para cá, inclusive de um órgão que está sendo questionado por várias ações e que está tomando decisões, mas não é Poder. Isso tem que ficar claro em relação aos poderes: Poder Judiciário, Tribunal de Justiça, Poder Executivo e Poder Legislativo.

Então, esta é a primeira questão que quero aqui ressaltar e deixar claro. A nossa bancada está no seu direito, e acredito que não é um projeto de tanta importância para este movimento todo. Não estou entendendo o que está acontecendo. É um projeto que cria alguns cargos.

Por isso, sr. presidente, quero aqui defender a posição deste Parlamento, da liberdade deste Parlamento. O Poder Legislativo não pode estar de joelhos, temos autonomia para fiscalizar, e esse é um dos nossos papéis também, além de acompanhar, aprovar leis de outros Poderes. Não podemos abrir mão disso.

Então, não aceitamos essa pressão, essa violência que estão fazendo com a nossa bancada e com a deputada...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Eu participei de uma reunião na condição de líder, onde houve a decisão pela maioria de que não seria rodado o projeto.

Aqui está sendo imputada a responsabilidade em cima da comissão de Constituição e Justiça, mas na verdade o presidente Mauro de Nadal colocou muito claramente que não teria condições de segurar o projeto e que daria sequência até o prazo, que já tinha se esgotado. Passada essa situação, ontem nos reunimos novamente e foi tomada uma decisão pela grande maioria, com exceção do PT e do Sargento Amauri Soares, mas mantendo o pedido de vista não haveria condições de rodar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Apenas corrigindo, sr. deputado, o deputado Sargento Amauri Soares colocou a posição dele como abstenção.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Mas colocou que acompanharia a bancada do PT. Pelo menos foi o que eu entendi. Se ele retirou posteriormente eu não percebi. Dada essa situação a deputada Luciane Craminatti está coberta regimentalmente. Agora, se for deliberado por este plenário de tocar para frente ou pela Presidência da Casa, eu particularmente, vou liberar a bancada para que cada deputado possa tomar sua posição. Porém, ontem foi decidido que o Partido Progressista daria sequência à tramitação, caso não mantido o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Depois de tantas manifestações é visível que não há entendimento. Há uma posição divergente na bancada do PT e o projeto está em tramitação numa comissão com a deputada Luciane Carminatti.

Então, diante de todo o exposto eu gostaria de sugerir que a gente avançasse na pauta, nos outros assuntos importantes que serão deliberados no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Depois de uma ampla discussão hoje a bancada do PT, já que fizemos vários reuniões esta semana, sobre vários projetos que concordamos e projetos que não concordamos, novamente, numa reunião, ontem, de lideranças, no final da tarde, tomamos um posicionamento garantindo o direito da deputada Luciane Carminatti analisar esse projeto, estudar esse projeto. Queremos que o Regimento Interno desta Casa seja cumprido e que garanta a uma parlamentar o direito de manter o pedido de vista para analisar esse projeto, que é de extrema importância para o Ministério Público de Santa Catarina.

Então, temos o Orçamento para votar e gostaria que seguissemos a pauta, pois foi isso que foi decido na reunião de líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)

- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Quero dizer e deixar bem claro, até como membro da comissão de Constituição e Justiça, que, efetivamente, temos que ter posição. A pior posição do Parlamento é muitas vezes não votar ou não tomar posição.

Por isso, quero fazer aqui um apelo a sensibilidade da deputada Luciane Carminatti e pedir no sentido de que ela se manifeste e deixe o Parlamento votar. Mas quero dizer que em nenhum momento acho que está sendo cerceado o direito de ninguém. Quero deixar claro que ela tem todo o seu direito, mas como parlamentar gostaria de ter o meu direito de votar. Por isso, quero pedir que ela faça uma reavaliação, quem sabe depois a gente possa voltar nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Respeito a posição do deputado Jean Kuhlmann, mas a minha sensibilidade feminina me garante o direito de cumprir o regimento. Eu mantenho minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência precisa esclarecer que o fato de esta Casa deliberar essa matéria, não seria colocá-la de joelhos. Preciso deixar isso claro. Deliberar essa matéria não seria colocar esse Parlamento de joelhos, até porque a matéria está desde 17 de setembro aqui. Tivemos tempo. Inclusive, estava com pedido de vista pela deputada Ana Paula Lima.

Agora, é preciso deixar claro, com relação ao acordo de líderes na terça-feira, que o deputado Mauro de Nadal, é verdade, disse que não seguraria na sua comissão; assim como o deputado Gilmar Knaesel disse que se chegasse à comissão de Finanças e Tributação também não seguraria. Também é verdade. Então, foi a movimentação da matéria da comissão de Constituição e Justiça, porque o deputado Gilmar Knaesel avisou que também daria tramitação. Se é que houve quebra de acordo foi nessa questão. Por isso, a Presidência, ontem, pediu uma nova reunião e a deputada Luciane Carminatti, enquanto isso, solicitou vistas. É um direito regimental que ela tem e está assegurado. É evidente que ninguém vai rasgar o Regimento. Não fiz isso em nenhum dia do meu mandato e não vou fazer agora no apagar das luzes. É um direito regimental sagrado o da deputada Luciane Carminatti.

Mas foi feito um apelo ontem para que a deputada pudesse devolver o projeto e que a bancada do Partido dos Trabalhadores reavaliasse a sua posição. Isso tem que ficar claro, porque precisamos preservar a posição do Poder. A maioria dos parlamentares disseram na reunião de ontem que querem votar, contra ou a favor, mas querem. Duas bancadas se abstiveram dizendo que topariam qualquer manifestação, a do DEM, do deputado Narciso Parisotto, e a do PSOL, do deputado Sargento Amauri Soares. A bancada do PT marcou uma reunião para a manhã de hoje para

deliberar se a deputada Luciane Carminatti devolveria a matéria e se a partir disso a bancada concordaria com a deliberação em plenário ou não.

A deputada Luciane Carminatti não devolveu a matéria e a bancada do PT disse que não quer deliberar. Isso tem que ser respeitado e vamos respeitar. Mas é preciso deixar claro que essa posição não é uma posição do Parlamento, não pode ser interpretada com retaliação, como uma resposta do Parlamento a qualquer outra questão.

Tenho o dever de fazer a defesa do Parlamento e reafirmo que se a Assembleia deliberar essa matéria, hoje, não ficaria de joelhos, não, porque já deliberamos matérias com muito menos tempo. Essa matéria está com um longo período de debate aqui, então votá-la não seria colocar o Parlamento de joelhos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Certamente não, mas o Parlamento está cumprindo o seu regimento, que é analisar todas as matérias na sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com certeza, essa matéria está aqui desde 17 de setembro, inclusive com pedido de vista de v.ex.a. inclusive por um longo período. Então, apenas insisto em dizer que se votássemos a matéria em plenário hoje não estaríamos colocando essa Casa de joelho. Contesto veemente essa afirmação em defesa do Poder.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, em nenhum momento foi quebrado o tramite legal. Eu estava dentro do meu prazo na comissão de Constituição e Justiça, assim como a deputada Luciane Carminatti tem o seu tempo, bem como todo Parlamentar. Estamos seguindo o Regimento no trâmite legal da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Desde 17 de setembro esta matéria está aqui.

Passaremos à Ordem do Dia. Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0009/2012, 0010/2011, 0016/2011, 0024/2010, 0039/2011, 0070/2013, 0162/2013, 0204/2007, 0252/2012, 0252/2013, 0258/2013, 0300/2010, 0365/2013, 0504/2011.

Comunica também que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei Complementar n. 0025/2012.

Comunica, ainda, que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Ofícios n.s: 0022/2013 e 0377/2012.

Também comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0257/2013.

Comunica, ainda, que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0642/2013.

Outrossim, comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0149/2013, 0284/2013, 0328/2013, 0639/2013, 0708/2013, 0711/2013, 0713/2013.

Também comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0055/2013, 0057/2013, 0069/2012, 0092/2012, 0092/2013, 0130/2013, 0152/2013, 0169/2013, 0217/2013, 0236/2013, 0242/2013, 0245/2013, 0326/2013, 0393/2013, 0407/2011, 0411/2013, 0517/2013, 0529/2013, 0531/2012, 0532/2013, 0536/2013, 0576/2013, 0577/2013, 0588/2013, 0592/2013, 0607/2013, 0621/2013, 0623/2013, 0690/2013 e 0720/2013.

Comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0013/2012, 0153/2012 e 0198/2013.

Também, ainda, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0352/2013, 0391/2013, 0703/2013,

0705/2013, 0710/2013, 0712/2013, 0721/2013.

Comunica também que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0515/2013.

Comunica, igualmente, que a comissão de Direitos Humanos apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0327/2013, 0527/2013, 0608/2013 e 0707/2013.

Comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0388/2013, 0433/2013, 0443/2013, 0656/2013, 0662/2013 e 0716/2013.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0447/2013, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, que declara de utilidade pública a Instituição Santa Rita de Cássia, de Araranguá.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0042/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do funcionário da secretaria de estado da Saúde de informar à Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, ocorrência que envolva a criança, adolescente ou idoso com indício de maus tratos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0079/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos livros destinados ao ensino básico, fundamental, médio e superior adquiridos pelo governo do estado de Santa Catarina, de possuírem versão no formato de texto digital destinado aos portadores de deficiência visual.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto, e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0216/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que institui o Programa de Auxílio Especial para o afastamento temporário de doadores de órgãos no âmbito do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0257/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a implantação do Selo Amigo do Idoso, destinado às entidades de atendimento ao idoso no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0280/2013, de autoria do deputado Gelson Merisio, que institui a tarifa social de energia elétrica para os hospitais públicos e filantrópicos do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0302/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que dispõe sobre a inclusão no Teste de Guthrie (Teste do Pezinho), do grupo sanguíneo e fator RH do recém-nascido.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde, e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, cumprindo acordo de líderes v.exa. está submetendo outras matérias à votação, mas tinha feito um pedido e solicitei ao deputado Narcizo Parisotto que permanecesse mais um pouco em plenário sobre o Conselho Estadual de Direitos da Pessoa LGBT. O líder do governo mencionou isso. O governo bateu foto com o segmento, fez um grande alarde desse projeto e o mesmo tem condições de ir à votação.

E eu faço publicamente o pedido ao líder do governo que coloque em pauta, em votação esse projeto, conforme ontem acordamos, o líder se manifestaria hoje, sobre afinal, o que pensa o governo sobre esse projeto.

O Sr. Deputado Narcizo Parisotto - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Narcizo Parisotto.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Sr. presidente, quero lembrar que naquele momento foi apenas uma provação da deputada para que se colocasse esse projeto em votação hoje ou na pauta de hoje, mas não foi discutido na liderança. Esse era apenas o desejo dela, mas não foi aprovado.

E no meu entender não poderá estar na pauta hoje.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, com relação à manifestação da deputada Ângela Albino, o governo mantém a disposição de aprovar essa matéria neste Parlamento, mas, neste momento, por entender que estamos com a agenda extremamente exarcebada neste Parlamento e como há algumas dúvidas na Casa Civil, pedimos que transferíssemos essa decisão para o início do próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Perfeito!

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu compreendo que hoje é um dia de celeridade, mas queria rememorar que o governo do estado fez um grande alarde com a comunidade LGBT em torno desse projeto, chamou a comunidade, bateu foto e agora tem dúvida sobre o projeto que remeteu?

Então, quero deixar aqui o meu descontentamento. Esta é a última sessão do ano e não terei outra oportunidade. Entendo que garantir direitos humanos sob qualquer perspectiva tem grande relevância. Quero deixar aqui o meu lamento da posição titubeante do governo também sobre essa matéria. Bateram foto, apresentaram projeto e depois na hora de votar não bancam sua própria posição.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, quero deixar bem claro de que o governo em nenhum momento disse que não vai prosseguir com a votação desse projeto neste Parlamento.

O governo, através da Casa Civil, solicitou que deixássemos para avaliar esse projeto no início do próximo ano Legislativo. Foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Aldo Schneider.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0068/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que dispõe sobre a obrigatoriedade de sinalização dos locais estendidos na zona de recarga direta do Aquífero Guarani.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0225/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que reconhece o município de São João do Itaperiú, como Capital catarinense da carne bovina e ovina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0578/2011, de autoria dos deputados Dirceu Dresch e Luciane Carminatti, que fica instituída no âmbito do estado de Santa Catarina a isenção de Imposto Sobre Circulação de

Mercadorias e Serviços - ICMS -, de todos os produtos oriundos da agricultura familiar fornecidos para a alimentação escolar dos municípios catarinenses para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação turno único do Projeto de Lei n. 0332/2013, de origem governamental, que altera a Lei nº 14.601, de 2008, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), a Taxa de Fiscalização Ambiental e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0139/2013, de origem governamental, que altera a Lei n. 15.133, de 2010, que institui a Política Estadual dos Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no estado de Santa Catarina instituído pela Lei n. 14.675, de 2009, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0305/2013, de autoria do deputado Romildo Titon e outros srs. deputados, que altera a Lei n. 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Vamos encaminhar as várias emendas destacadas em plenário.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Quero apenas lembrar do acordo de líderes feito hoje, pela manhã, na comissão de Finanças e Tributação onde essa matéria foi deliberada pelo deputado Antônio Aguiar, que estava com pedido de vista e apresentou o seu parecer.

É claro que aqui o deputado Moacir Sopelsa já havia feito sua manifestação no sentido de ter sido prejudicado no encaminhamento na comissão de Agricultura e Política Rural e de Turismo e Meio Ambiente, mas esse foi o acordo.

O deputado Antônio Aguiar relatou, aprovou na íntegra o substitutivo global do deputado Romildo Titon na comissão de Constituição e Justiça, sem emendas, e ficou acordado que todo parlamentar que desejasse destacar sua emenda poderia fazer em plenário. É

desta forma que a matéria foi aprovada em nome da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado deputado Gilmar Knaesel pela esclarecedora manifestação de v.exa. O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, diante das emendas apresentadas pelos srs. deputados teríamos em vista geral como relator a primeira emenda do deputado Romildo Titon, que no seu artigo n. 127, § 50, inciso 4º consta o seguinte proposição:

(Passa a ler.)

"Cadastramento de outra área equivalente e excedente a reserva legal em imóvel da mesma titularidade ou adquirida em imóveis de terceiro, com vegetação nativa estabelecida em regeneração ou composição desde a localizada no mesmo bioma.

2º - Estar localizado no mesmo bioma da área reserva legal a ser compensada.

3º - Se fora do estado estar localizada em áreas identificadas como prioridades da união".

Então, esta é uma emenda que estamos dando parecer favorável para aprovação, e se o deputado Romildo Titon quiser se pronunciar com relação ao seu destaque tudo bem, senão, está sendo encaminhada para aprovação.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, apenas para colocar um pouco de ordem nessa discussão, v.exa. como presidente, pode citar as emendas que vamos discutir para depois discutirmos os projetos? Porque corremos o risco de discutir o projeto antes das emendas, ou discutir emendas que v.exa. nem colocou em votação.

Então, seria bom seguir uma regra, uma ordem mais organizada para terminarmos bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Eu apenas quero entender, deputado Gilmar Knaesel. Essa emenda proposta pelo deputado Romildo Titon não foi acatada?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Não foi acatada, cabe ao autor pedir destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Então, vamos seguir pela ordem de inscrição para discutir o destaque.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, o processo de votação como vai ser, vamos discutir destaque por destaque?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Sim, vamos discutir destaque por destaque.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Então, eu queria falar sobre o destaque do deputado Romildo Titon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não, o destaque não está em discussão ainda. Agora, vai para discussão o destaque do deputado Jean Kuhlmann. Cada parlamentar defende o seu destaque.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, justamente baseado no acordo que estabelecemos ontem, o destaque que apresentei em plenário com o apoio de vários parlamentares, diz respeito as folhas 227 e 230, que são duas emendas. Uma de forma muito simples, regulamenta o que é banhado de altitude, porque isto não está regulamentado no Código Florestal

Nacional. Temos que ter essa regulamentação para deixar claro, é apenas uma questão conceitual, para clarear o que é banhado de altitude, algo extremamente simples, mas apenas para evitar litígio judicial futuro, seria para esclarecimento.

E a segunda, que é também o mesmo destaque, diz respeito à questão do licenciamento ambiental, que inclusive, srs. parlamentares, já foi regulamentado, por exemplo, no estado do Paraná através de uma portaria, e nós podemos deixar claro também na legislação para evitar qualquer tipo de questionamento judicial.

Por isso, está muito claro o objetivo, e eu quero pedir o apoio dos parlamentares na votação desse destaque, sr. presidente.

O Sr. Deputado Edison Andriano - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDNETE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andriano.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Na realidade, todos os parlamentares que apresentaram destaque estão fazendo a sua justificativa. Seria mais objetivo e regimental, que v.exa. colocasse primeiro o destaque em votação, e o autor justificasse, depois, novamente, o segundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Mas, por isso, estamos discutindo o destaque do deputado Jean Kuhlmann, para votar, para deliberar.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, não tem o conceito de banhado de altitude, e isso pode fazer com que o Ministério Público, por exemplo, que já tem jurisprudência no que eles consideram veredas, que é uma figura que não temos na nossa região. E aí vão exigir 50 metros de distância, e para a pequena propriedade vai inviabilizar a margem do final do banhado. O banhado é uma área alagada, por isso, que é importante constar no Código Ambiental, para proteger a pequena propriedade, que não pode ter o mesmo tratamento de uma área como um lago.

Por isso, a importância da proposta do deputado Jean Kuhlmann.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria da atenção de todos os srs. Conversando com o relator, e também com um dos autores do Código Ambiental e, agora há pouco com a Casa Civil do Governo, temos uma impossibilidade.

Diante da impossibilidade de neste momento avaliarmos tecnicamente emenda por emenda, acordamos com o governo, através da concordância do relator, deputado Antônio Aguiar e também um dos autores do projeto, deputado Romildo Titon, que vamos acatar todas as emendas e aquela que desconfigurar o código será vetada pelo governo com prudência, após a análise técnica de cada destaque e emenda. Até porque não temos, neste momento, condição de analisar tecnicamente o que está correto ou não.

Mas quero deixar claro aqui e registrado, sr. presidente, que é possível que haja o veto por parte do governo de alguns destaques apresentados nesta manhã.

Seria este o encaminhamento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Diante da manifestação feita pelo líder do governo, proponho fazer a leitura dos destaques todos e votaremos em bloco todos os destaques e na sequência o projeto. Farei a leitura e se v.exas. concordarem faremos a votação em bloco para agilizar a votação.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, gostaria de fazer um encaminhamento no sentido de não prejudicar nenhuma emenda de nenhum parlamentar ou entidade. Estamos aqui com mais de uma dezena de emendas que chegaram ao conhecimento da grande maioria dos parlamentares hoje. Se votarmos o código da forma que ele está proposto, deixando todas as emendas para a partir de fevereiro verificarmos quais os itens que precisaríamos mudar e fazer as devidas adequações através de lei complementar, não prejudicaríamos ninguém, não criaríamos o desconforto do governador de vetar e nós, com toda certeza, passaríamos a ter uma lei que contemplaria todas as entidades que têm interesse em fazer alguma mudança no projeto da forma que ele está.

É este o encaminhamento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Quero ouvir o líder do governo.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, acordamos e concordamos que diante da grande demanda de destaques vamos adiantar todos e o governo terá tempo suficiente para avaliar tecnicamente aquilo que não desconfigurar o Código Ambiental. E logicamente depois na hora da discussão dos vetos, e está aqui acordado que poderá haver vetos.

Com relação à sugestão do eminente deputado Moacir Sopelsa, nada nos impede de em fevereiro ouvirmos todas as entidades e acrescentar, a posteriori, essas sugestões das entidades civis e organizadas do estado de Santa Catarina.

Até para encaminhamento, sr. presidente, o governo concorda com isso, um dos autores e o relator também concordam.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concordo com a sugestão de v.exa. de fazer a leitura e a votação em bloco das emendas.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Quando discutimos na bancada, nas lideranças ou nas comissões levantei uma hipótese, e temos que ter a garantia de que vamos aprovar todas as emendas agora. O governo poderá vetá-las, mas teremos condições e a prerrogativa como parlamentares de readequar alguma coisa se entendermos que houve falha no projeto.

Então, faço esse registro para que depois não tramite qualquer situação diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em discussão o destaque proposto pelo deputado Jean Kuhlmann, que se refere a subemendas modificativas de folhas 227 e 230, da deputada Angela Albino.

(Passa a ler.)

"Suprima-se o inciso 7º do art. 28 da Lei 14.675/2009 a que se refere o art. 1º do PL n. 305, renumerando-se os seguintes."

Da deputada Angela Albino. "Suprima-se a subseção IV do capítulo 5 A, do título IV da Lei 14.675/2009, a que se refere o art. 2º do PL 305, renumerando-se as seguintes."

Do deputado Antônio Aguiar. Subemenda Aditiva à Emenda Subjetiva Global, da bancada do PT. "Modifica o § 4º do art. 117 A, da bancada do PP, com o apoio das bancadas do PMDB e do PSD."

Subemenda Aditiva à Emenda Substitutiva Global, da bancada do PP.

Emenda Aditiva ao art. 135 C.

Emenda Modificativa, do deputado Romildo Titon, alterando a redação do art. 127 E.

Emenda Aditiva ao art. 225 A.

Esses são os destaques...

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria somente de fazer uma consideração com relação à emenda ao art. 38, inciso 2º.

(Passa a ler.)

"Serão considerados projetos que não colocam em risco a sobrevivência de espécies florestais aqueles que apresentam medida de reposição florestal equivalente ao dobro de espécies suprimidas em área de reposição a ser anexada à reserva legal já averbada no imóvel."

A emenda do deputado Silvio Dreveck e a do deputado Antônio Aguiar são idênticas, têm a mesma redação. Além disso, o deputado Darci de Matos, no inciso 2º, também apresenta a mesma emenda. É uma cópia idêntica das três emendas, deputado Antônio Aguiar. Então, isso pode ser concluído numa só emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Nós podemos ajustar isso na redação final, deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Isso, sr. presidente. Para esta Casa não aprovar três emendas com o mesmo teor.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, é só para informar rapidamente que nós unificamos já essa emenda, conforme requerimento na mesa: deputados Silvio Dreveck, Antônio Aguiar e Darci de Matos. Então, não há nenhum risco de que possa ser triplicada essa emenda.

Para esclarecimento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Srs. deputados, vamos votar em bloco todas as emendas que acabei de nominar, porém, vou retirar desse bloco as duas emendas supressivas apresentadas pela deputada Angela Albino, para votarmos no momento seguinte, enquanto o líder do governo conversa com a deputada Angela Albino. Porque emendas supressivas não podem ser vetadas.

Nesse encaminhamento que fez o deputado líder de governo... Não sei se o deputado Aldo Schneider já conversou com v.exa., deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Não, sr. presidente. Mas eu só concordei com essa forma atropelada com que estamos votando uma matéria dessa relevância, delegando ao Executivo o exame de uma matéria na forma constitucional que nos compete, porque era para todo mundo, sr. presidente.

Estou apresentando essa emenda porque o projeto tem um erro, na minha opinião, muito grave, que a partir dele não existe mais APP em área urbana, sr. presidente! Então, é essa supressão que estamos propondo.

Portanto, ou vale acordo para todo mundo ou não vale para ninguém, sr. presidente!

Quero propor que, se for o caso, o líder do governo possa encaminhar, na sequência, um projeto que rearranje. Mas nós temos que manter.

Sr. presidente, estou dizendo aqui que o que vale para mim, vale para todo mundo. Então, vai para o governo e se ele entender de vetar, que é uma hipótese e não é um fato ainda, na sequência o governo pode mandar uma nova matéria recuperando o texto que foi suprimido aqui na Casa.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, peço que v.exa. me conceda dois

minutos para conversar com a deputada Angela Albino.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Enquanto v.exa. vai para um tetê-à-tête com a deputada, eu concedo a palavra, pela ordem, ao deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, nós não tivemos a possibilidade de avaliar a constitucionalidade dessas emendas.

Então, quero só falar sobre o art. 38, das três emendas no art. 38, no inciso II... Na minha avaliação, o Código Florestal Brasileiro fala claro sobre isso. Então, ele tem uma regra já dada. Portanto, há a questão constitucional de este Parlamento avançar muito mais do que a legislação federal.

Assim, quero levantar essa questão também jurídica que está em debate nessas emendas.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, confesso que estou bem preocupado com o que está acontecendo, até porque desconheço o teor das emendas. Esse é um projeto que vem sendo discutido desde o início deste ano e agora estamos sendo surpreendidos com algumas emendas.

Sugiro, para encaminhamento, que as emendas supressivas sejam votadas individualmente de forma separada das demais emendas, porque do contrário nós vamos ter problemas.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, enquanto o líder do governo está conversando comigo, o presidente da comissão de Constituição e Justiça, do PMDB, faz um encaminhamento! Aí eu quero saber o que estão querendo fazer, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada, pode continuar a conversa, porque esta Presidência vai respeitar o tempo...

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Mas daí eu tenho que ficar com um olho no padre e outro na missa, presidente! E não é em relação ao Padre Pedro Baldissera, não se preocupe, deputado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Eu fico cuidando do padre, pode ficar tranquila. A senhora cuida da missa que do Padre Pedro Baldissera esta Presidência cuida.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Eu concordo com a sugestão do deputado Mauro de Nadal, até porque foi bem lembrado: houve tempo na comissão de Justiça e foi divulgado a todos os pares para apresentar as suas emendas. E já que uma delas é supressiva, que fosse votada individualmente.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, preocupa-nos o que estamos fazendo aqui, primeiro, pela importância desse projeto que vem sendo aguardado pelos catarinenses durante quase um ano.

E quero lamentar aqui o fato de ele não ter tramitado nas comissões de Agricultura e de Meio Ambiente, o que impossibilitou o debate. Nós poderíamos, hoje, estar discutindo aqui um projeto que estaria pronto e em condições depois de ter

ouvido toda comunidade catarinense. Infelizmente, ele ficou muito tempo nas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, que não eram comissões temáticas, o que prejudicou.

E agora eu quero cumprimentar v.exa. pela engenharia que está sendo montada para que ele possa tramitar. Mas quero também externar a minha preocupação, em nome do meio ambiente e da agricultura catarinense, por uma tramitação acelerada. E agora pela apresentação de emendas da forma como está sendo feita.

Mas, de todo modo, precisamos votar isso porque muitas propriedades estão sendo prejudicadas pela demora na votação desse projeto. Mas ele merece que depois haja outro debate a partir do próximo ano.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, só quero externar a minha mais absoluta convicção em relação a essa projeto de responsabilidade do deputado Romildo Tito que, junto com outros pares, estudou exaustivamente a matéria que foi objeto de inúmeras reuniões. E houve todo tempo para se fazer as modificações necessárias nesse projeto. Depois ele veio para cá e devo dizer que está mais do que esmiuçado o esse assunto.

Portanto, sr. presidente, eu, particularmente, deputado Nilson Gonçalves, tenho a mais absoluta convicção de que não devem haver, neste momento, as emendas que estão sendo colocadas aqui. Eu, Nilson Gonçalves, deputado estadual, vou votar contra todas as emendas e vou votar pelo projeto como ele veio para esta Casa.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a Palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, estou fazendo um esforço para ajudar a aprovar o projeto, porque também entendo que ele tem avanços. Agora, estamos no dia 19 de dezembro, entraremos em épocas de festas, depois, teremos o recesso em janeiro.

Sr. presidente, no limite restabelecemos a ordem. Vamos tramitar esse projeto na comissão de Agricultura e Política Rural e também na comissão de Turismo e Meio Ambiente. Estamos todos fazendo um esforço, inclusive, fazendo concessões regimentais a esse projeto.

Então, que ninguém venha aqui dizer de que eu estou com o projeto e voto de qualquer jeito, porque eu trabalhei, estudei e fiz emendas, sr. presidente. E fiz apenas duas com a área urbana, que é a área que eu tenho mais familiaridade, porque tenho convicção de que tem vários parlamentares aqui que tem mais domínio do que eu na área rural, na questão rural.

Agora tenho a convicção da impactação dela na área urbana. Portanto, sr. presidente, o que estou propondo aqui, ou bem fazemos tudo de um jeito, ou fazemos de outro. Que se estabelecemos uma então uma ordem, sr. presidente.

Então, sr. presidente, se não for possível acatamento das emendas, então nós comprometemos até o final de fevereiro de entregar o projeto tramitado nas comissões, porque um mês a mais e um mês a menos, nessa balburdia que está aqui para votar desse jeito, acho que menos prejuízo causa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Angela Albino, esta Presidência quer restabelecer então a proposta de encaminhamento do deputado Moacir Sopelsa.

Nós encaminharíamos a votação do projeto como foi aprovado nas duas comissões no compromisso de a partir de fevereiro, nas comissões apreciar todas as emendas, de fazer uma revisão, para não cometermos nenhum erro agora e que possa comprometer a matéria.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a Palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Sr. presidente, eu estou ouvindo aqui o deputado Sopelsa e o deputado Aldo Schneider, e sinceramente, isso é uma Casa de maioria, e emenda por emenda, a maioria aprova ou rejeita, é simples seja da base, seja da oposição, pode ser que tem alguma emenda básica que seja aprovada, pode se que as emendas da polícia não sejam aprovadas.

Sinceramente, não me agrada a tese de deixar para o ano que vem. Nós temos um processo de votação aberto onde a maioria vota e se respeita a maioria. Outra até porque é absolutamente normal e natural que haja divergências, aí não é base, não é constatado meio ambiente, se trata de paz e de oposição. É o posicionamento de cada um. Vai ter alguns casos em que deputados da oposição não vota em emendas da base e vice-versa.

Agora tem que respeitar a maioria e votar. O meu encaminhamento é de votarem que vai até a meia-noite de hoje, mas vota, rejeita, aprova e passamos para frente, porque votar o projeto como ele está e votar as emendas no ano que vem significa não aprovar nada, porque ele não pode ser sancionado. Então não vota!

Se é para votar ter sanção e ter efetividade, é votar, sancionar e ter uma lei aprovada. Não serve para nada!

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a Palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, todos nós temos uma preocupação muito grande. Esse projeto é muito importante. Veja v.exa., que a grande maioria dos deputados não conhecem essa emenda. Votar em bloco essas emendas, até para a importância do projeto que estamos aprovando é uma coisa muito preocupante.

Então, sugiro à Mesa, que na minha maneira de ver tem duas alternativas, ou se vota individualmente cada emenda, ou se deixa para o ano que vem. Votar em bloco, sr. presidente, acho que esta Casa está dando um tiro no pé e v.exa. que está tão preocupado, insistiu tanto na aprovação desse projeto, não pode correr o risco de votar uma série de emendas, algumas inclusive que não pode ser vetadas. Vai ficar pior a emenda do que o soneto.

Então eu sugiro duas alternativas, ou se vota individualmente ou se acata a proposta do deputado Moacir Sopelsa.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a Palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu concordo muito, aqui, em tese, com deputado Gelson Merisio, porque esta Casa, democraticamente, vota por maioria.

O problema, na tese do deputado Gelson Merisio, é que nós vamos votar independente de governo ou oposição, sr. presidente.

Qual é o domínio da matéria, do conjunto das emendas, que os parlamentares desta Casa têm? Eu questiono o deputado Reno Caramori, que é ligado à questão ambiental, à questão do produtor agrícola, se ele tem algum domínio do que nós vamos votar?

Então, aqui vai ficar claro qual é a votação!

A votação que vamos fazer aqui é na base da relação de confiança entre governo e Oposição. E é uma tragédia votarmos um projeto dessa magnitude sob essa perspectiva.

Se estivéssemos votando reajuste do servidor público, era uma coisa, porque aí nós nos dividíamos ideologicamente, agora, aqui nós não temos - e é bom que a TVAL registre bem isso, nós, coletivamente -, o domínio do impacto das

emendas no projeto. Pouco temos, inclusive, o projeto. Menos ainda do conjunto das emendas.

Então, compreendo o deputado líder do governo, deputado Aldo Schneider, quando propõe que eu retire apenas a minha emenda, que é supressiva, e ele se compromete a tratar depois sobre isso.

Agora, se ele se compromete a tratar depois sobre isso, por que não vamos aprovar a emenda? Porque nós não conhecemos o impacto do seu conteúdo. O deputado Aldo Schneider não tem como afirmar se o governo concorda ou não com essas emendas. Ou se concorda ou não com a emenda do deputado Jean Kuhlmann.

Exceto pelo fato de que o deputado Jean é da base e eu não, mas não é assim que nós devemos tratar o Código Ambiental, na minha opinião, sr. presidente.

Então, queria propor aqui, porque não quero prejudicar o andamento do projeto, mas também quero preservar o meu direito, sr. presidente, de fazermos a votação em bloco de todas as outras e deixar a minha emenda, que é supressiva, ser votada separadamente.

Então, prefiro a derrota em Plenário que construiríamos artificiosos e depois não darmos conta deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito bem, deputada Angela Albino. Eu agradeço v.exa. pelo encaminhamento, inclusive.

Podemos encaminhar?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu acho que diante da manifestação da deputada Angela Albino, podemos encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Vamos votar em bloco, então.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, queria fazer uma colocação, porque já havia demonstrado a v.exa. a minha preocupação com o fato desse projeto ser votado no último dia antes do recesso porque poderia surgir emendas de afogadilho, como está sendo apresentando neste momento, e seria grande a possibilidade de darmos um tiro no pé, fazendo com que todo aquele trabalho que foi realizado ao longo dos meses aqui na Assembleia Legislativa, e também em 2009, quando fomos o primeiro estado brasileiro a fazer uma legislação ambiental própria, fosse jogado fora.

Tivemos o cuidado durante esses quatro meses em que estivemos liderando esse grupo de trabalho de ouvir a sociedade, as entidades, demos a oportunidade para se discutir com os parlamentares, ouvimos todas as classes que nos procuraram e aquelas que nós procuramos também.

Posteriormente, a comissão de Constituição e Justiça fez audiências públicas para ampliarmos o debate, entre outras coisas. E agora não queremos votar sem, sequer, citarmos as emendas. Não quero fazer isso de forma nenhuma! E diria aos parlamentares que é um risco muito grande aprovarmos as emendas que surgiram agora, as quais não tivemos tempo para fazer uma análise. Qual o tamanho da repercussão que vai ter isso?

E o cuidado que a comissão teve, o grupo de trabalho, foi de a gente deixar o menor risco possível de inconstitucionalidade. Muitas coisas a gente desejava mudar, muitas coisas a gente desejava acrescentar, mas nós estaríamos confrontando com o Código Nacional e correríamos um risco de enfrentar uma interpelação sobre a inconstitucionalidade.

Nós tivemos todo o cuidado, a assessoria jurídica cuidou desse ponto fundamentalmente, e agora eu vejo que muitas delas estão batendo nesta direção.

Então, recomendo cautela e que sejamos mais minuciosos na análise, porque vamos perder um trabalho de longo tempo que a Assembleia Legislativa construiu porque há emendas que praticamente desconfiguram todo o processo que foi construído.

Apenas quero fazer este alerta aos parlamentares para que tenham cautela e não prejudiquem a sociedade catarinense, principalmente os nossos agricultores que dependem dessa legislação ambiental.

Por outro lado, se deixarmos esse projeto para o ano que vem estaríamos prejudicando a grande maioria dos nossos agricultores catarinenses, que estão, ainda, encrencados com a questão da averbação da reserva legal, que deve ser feita nos cartórios e que, segundo dizem, está sendo adiada pela questão do nosso código. Então, precisamos votar neste ano, mas as emendas precisariam ter uma cautela maior.

Esta é a minha pequena contribuição.

Muito obrigado.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Sr. presidente, entendo o interesse e a profundidade com que cada um dos deputados estudaram para fazer as suas emendas, mas parece que se trata de questões específicas que somadas dá um percentual pequeno do conjunto do projeto que foi muito bem encaminhado pela Casa, com o governo, com audiências públicas e com a participação de especialistas, que atende a 95% das demandas de todos. O ajuste fino é que está faltando.

Então, parece-me que seria um bom encaminhamento rejeitar todas as emendas, votar o projeto, como veio na sua integralidade, e no começo do ano quando abrimos o ano legislativo com os ajustes finos das matérias que têm que ser ajustadas, porque não se trata mais de emendas, mas de uma alteração do que foi voltado aqui, analisando todas as emendas com profundidade e não correndo o risco de inconstitucionalidade, como colocou muito bem o deputado Romildo Titon. Assim, não prejudicaremos os 90% atendidos com o projeto original e deixaremos o entendimento feito para que na primeira matéria de 2014 façamos o ajuste fino, fruto das emendas da deputada Angela Albino, do deputado Jean Kuhlmann, enfim, dos deputados que apresentaram as emendas. Com isso aprovamos o projeto, que poderá ser sancionado e passará a vigorar. A lei é de iniciativa nossa e em fevereiro poderemos fazer alteração e mudar os pontos conflitantes ou que são frutos das emendas propostas pelos deputados.

Caso contrário, vamos aprovar um mostrengo que, por falta de aprofundamento das emendas, não por má intenção, mas por falta de conhecimento, muitas vezes, da legislação federal, teremos algumas emendas boas que não serão aprovadas porque votaremos em pacote, ou então o que é pior, na minha concepção, como colocou o deputado Romildo Titon, não votaremos o projeto e o deixaremos se arrastar por mais 90 dias, deixando milhares de produtores e agricultores à mercê de uma legislação que é totalmente equivocada.

Eu sei que o deputado Jean Kuhlmann concorda com isso, pois temos que encontrar uma forma de caminhar, de darmos um passo à frente, e não vai mudar se a emenda dele for discutida agora, fevereiro ou março, afinal, o projeto, como foi proposto, todos concordam que 90% dele passou pelas comissões.

Então, não está se votando algo totalmente fora do contexto. É algo muito próximo do contexto porque faríamos, deputada Angela Albino, um ajuste fino no mês de fevereiro ou março. E deve estar claro o entendimento e a prioridade absoluta de tramitação acordado por todos os líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Gelson Merisio.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, confesso que escutando as palavras do deputado Romildo Titon fiquei preocupado com a questão do encaminhamento desse projeto de lei, principalmente em relação às emendas, que foram amplamente debatidas e que agora corremos o risco de segurar essa aprovação final, como foi colocado aqui.

A questão ambiental, sr. presidente, quer seja na área climática, alimentar ou das águas, o direito à sustentabilidade está se tornando tão importante quanto o direito à liberdade, sr. presidente.

Eu confesso que se o deputado Romildo Titon, que estudou isso por tanto tempo tem as suas dúvidas e as suas preocupações, nós que não participamos tão intensamente desse processo, com certeza, temos vários pontos de interrogação agora com a manifestação dele.

Eu confesso que, pessoalmente, respeitadamente, entendo o trabalho, como bem colocou a deputada Angela Albino, que fez as emendas, porque estudou. Mas acredito, sim, que temos que ter muito cuidado em relação a essas emendas. Gostaria de aprovar o projeto, mas sem as emendas neste momento. E voltamos a esse tema no início do ano, para discutir especificamente as emendas. Confesso que não me sinto à vontade, agora, de aprovar essas emendas, por tudo que foi colocado aqui. Nem sei direito do que trata essas emendas, se são pontuais ou específicas, conforme a região, conforme a densidade demográfica no campo da agricultura.

Então, sr. presidente, em tese, senão houver acordo, vou rejeitar as emendas, aprovar o projeto, mas também gostaria que voltassem à discussão o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Srs. deputados, precisamos construir um encaminhamento. Temos duas propostas definidas agora. A primeira delas, de votarmos a matéria sem as emendas, num acordo que faremos aqui com todas as bancadas, de, a partir do início da 4ª Sessão Legislativa, no dia 04 de fevereiro, nós, já no acordo que vamos celebrar hoje, colocarmos essa matéria prioritariamente em debate. É prerrogativa nossa, o projeto é de origem parlamentar. Eu também concordo que esse seria o melhor encaminhamento, pois dá mais segurança.

Então, a partir do dia 04 de fevereiro, vamos fazer essa discussão, aproveitando todas as contribuições e outras, que eventualmente possam ser trazidas, porque a matéria é muito complexa, apesar do amplo debate que houve, a partir da sanção da lei, vai gerar ainda questionamentos pela complexidade da matéria.

Não resta dúvida de que vamos ter que revisar periodicamente essa legislação, mas faremos isso num acordo. Se não houver esse entendimento, eu faço um apelo aos autores das emendas, que com o acordo, não teriam prejuízo. Do contrário, nós vamos votar em bloco as emendas aditivas e modificativas que podem ser vetadas, conforme a própria deputada Angela Albino encaminhou, votaremos depois em separado as supressivas, porque essas nós não daríamos a possibilidade de eventualmente serem vetadas.

Mas eu insisto, penso que o primeiro encaminhamento seria mais prudente, desde que nós deixássemos aqui, de público, esse acordo de priorizar a avaliação mais aprofundada dessas matérias a partir do dia 04 de fevereiro.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Eu queria fazer, então, uma proposta para dar concretude a isso, até porque não é a primeira vez que vejo construir acordos e depois as coisas não andarem mais. Proponho a confecção de um PL compilando todas as emendas, subscrito por todos os líderes de partidos e que ela já fosse para a tramitação, porque consultando vários colegas aqui pude perceber que a maioria não tem o texto das emendas, que dirá convicção sobre o seu impacto.

Então, se não tem nem o texto, vai votar as cegas. Estou pedindo, então, que compilemos todas as emendas num PL assinado pelo presidente da Casa e pelos líderes, com tramitação a partir de fevereiro. E aí eu tenho acordo de inclusive votar o projeto como está, pois não podemos mexer de qualquer jeito num projeto que foi, durante meses, estudado aqui nesta Casa, mantendo, como disse, a emenda que apresentei, porque tenho convicção acerca do impacto na área urbana, que é o objeto da minha emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Eu agradeço, porque é muito sensato encaminhamento proposto por v.exa.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Para contribuir com o debate a bancada do PMDB é favorável a primeira opção do presidente para que votemos o projeto hoje e também num acerto para que as emendas sejam encaminhadas, como propôs a deputada Angela Albino. Eu concordo que haja um acordo de lideranças para que seja encaminhado dessa ou de outra forma para que as emendas possam ser analisadas com o tempo devido e com a cautela necessária.

O Sr. deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Acho que a proposta da deputada Angela Albino é coerente, sensata e assegura a condição do debate posteriormente, mas sem o compromisso de votar contra ou a favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Perfeito, temos um entendimento.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, quero entender uma questão regimental. O destaque da primeira emenda tinha sido colocado em votação, estava sendo feito o encaminhamento. Regimentalmente, v.exa. interrompeu o encaminhamento para tentar buscar um acordo. Para que haja esse acordo, o deputado tem que retirar o seu destaque?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Estamos fazendo um acordo no sentido de votar a matéria original e de não discutir nenhuma das emendas agora.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Acordando que cada autor retire o seu destaque?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Os deputados retiram as emendas destacadas para no dia 4 de fevereiro retomarmos essa discussão com mais tempo em cada comissão.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Eu não tenho convicção da retirada do destaque. Quero averiguar com mais calma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Gostaria de ouvir os líderes para fazermos o acordo.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, o líder do PSD, deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - É praxe nesta Casa fazermos acordo de líderes. Portanto, neste momento, entendemos que através do acordo de líderes podemos aprovar a proposta da deputada Angela Albino e do deputado Gelson Merisio para podermos desatar esse nó.

Assim, a bancada do PSD encaminha pelo acordo de líderes.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, regimentalmente, quem tem o direito de retirar o destaque de minha autoria da votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Vou identificar no Regimento Interno qual é o dispositivo. Mas o plenário é soberano e de maioria.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, em nome do PT.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Falo em nome da grande líder do PT, deputado Ana Paula Lima. Há pouco discutimos essa questão. Se o líder do PSD conversar com o deputado e ele topa retirar, é uma situação. Mas, se ele quiser votar, podemos também construir um acordo no sentido de votar apenas o destaque de sua autoria. E, nos outros destaques, se os demais deputados abrirem mão, como fez a deputada Angela Albino, é tranquilo, votaremos apenas o destaque do deputado Jean Kuhlmann.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - V.Exa. em nome do Partido dos Trabalhadores concorda com o encaminhamento de discutir em fevereiro?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Está perfeito!

O Sr. Deputado Sandro Silva - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o deputado Sandro Silva em nome da bancada do PPS.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - O PPS também concorda com a proposta da deputada Angela Albino da confecção de um projeto de lei contendo as emendas para que possa resguardar a discussão para fevereiro também.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o deputado Valmir Comin em nome da bancada.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, assegura-se o direito do deputado Jean Kuhlmann, e concordamos com a proposta do deputado Gelson Merisio e da deputada Angela Albino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o deputado Dado Chorem.

O Sr. Deputado Dado Chorem - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Na ausência do líder, faço o encaminhamento do PSDB favorável ao acordo dos líderes, assegurando também o direito do deputado Jean Kuhlmann.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Diante do acordo esta Presidência determina a retirada dos demais destaques. E vamos votar...

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Eu gostaria de saber se todos os parlamentares que apresentaram destaque concordam com a retirada do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Os seus líderes já se manifestaram e não houve nenhuma rebelião de nenhuma bancada.

Vamos votar o destaque.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Quero deixar claro que a minha postura sempre foi de consenso nesta Casa, sempre respeitando o regimento. E eu gostaria de pelo menos antes e ser tomada uma decisão, de ser consultado. Isso é democracia, isso é respeito.

Eu não me oponho de retirar o destaque se todos o fizerem. Agora, gostaria de ter entendido o Regimento Interno.

O que eu gostaria de saber é se acordo de líderes se sobrepõe à questão do destaque ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Jean Kuhlmann, essa discussão está encerrada. Todos já retiraram. V.Exa. quer retirar ou não?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Mantenho a posição de bloco, mantenho a posição de todos, no sentido de fazer em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Todos os demais líderes concordaram com a retirada das matérias.

Vamos votar apenas...Deputado Jean Kuhlmann...

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Não, sr. presidente, o contrário.

O que eu falei foi no sentido de seguir e acompanhar a unidade da Casa. No sentido de manter a unidade desta Casa e o compromisso de que isso será analisado em conjunto e com celeridade, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado!

O Sr. Deputado Narcizo Parisotto - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Narcizo Parisotto.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Sr. presidente, gostaria de saber se foram consultados todos os líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Apenas falta v.exa.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO -

Então, concordo com os demais deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado.

Agora, sim, com o acordo de todos os líderes, estou convencido de que foi o melhor caminho que esta Casa construiu.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Eu gostaria de pedir para a assessoria já providenciar a confecção do PL para hoje mesmo assinarmos com todos os líderes e com v.exa. como presidente da Casa.

Como os destaques estão retirados, já saímos com isso assinado como projeto de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) Eu determino à consultoria da Casa que seja documentado esse acordo

que celebramos para priorizarmos o debate desta matéria no exercício de 2014, com essas emendas que já foram apresentadas.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Quero dizer que anteriormente eu fiz uma fala grande e aí fui alertado a falar menos, e nós estamos há mais de uma hora discutindo um processo. Quem deve estar contente, talvez, seja alguém que esteja acompanhando no Ministério Público, porque discutimos o respeito a esta Casa no debate anterior, que também seria desnecessário ser feito neste plenário. O projeto do Ministério Público era desnecessário ter vindo para este plenário na manhã de hoje e aqui estamos discutindo o processo.

Mas eu quero falar sobre o Código Ambiental, pois não discutimos o mérito de nada. E agora na hora de votar o projeto não estamos discutindo o mérito de novo.

Eu quero manifestar uma posição que está há três ou quatro anos engasgada neste parlamentar. Foi aprovado, aqui, em 2009, o Código, declaradamente por nós, ilegal e inconstitucional, porque contrapunha a Lei Federal, virou baliza federal.

E tem o código novo nacional, federal, votado. E, agora, aqui nós estamos adequando o nosso ao federal, mas o princípio do federal começou aqui. A meu ver, do meu ponto de vista, algumas vezes votei errado neste Parlamento e algumas, um voto errado que custou caro, inclusive no debate com setores da sociedade onde nos relacionamos.

Eu me absteve na votação do Código Ambiental em 2009, mas deveria, no meu ponto de vista, conforme minha consciência, ter votado contrário. E quero fazê-lo na manhã de hoje com relação a isso, porque é o mesmo processo. É o retorno do mesmo processo, dos mesmos conceitos e etc.

Como reflexão, porque nós na sociedade estamos sendo empurrados por forças econômicas e sociais, que, evidentemente, viram forças políticas, a cada vez mais abrir espaço para produção e para o mercado. É claro que toda e qualquer sociedade precisa de produção, circulação, alimentação, transporte, educação, saúde e isso tudo degrada o meio ambiente.

A minha reflexão com esse voto contrário é se isso que está sendo feito para garantir o bem-estar, o bom viver, a qualidade de vida das pessoas em sociedade ou se isso está sendo feito baseado, principalmente, numa lógica de lucro? Se o lucro não está sobreposto à qualidade de vida, porque estamos diminuindo cada vez mais para o futuro a possibilidade de vida em sociedade a partir da degradação, de uma população que cresce sob regras de produção e distribuição, que a meu ver, são muito irracionais e que comprometem para daqui, sendo otimista, há alguns séculos, a própria sobrevivência da sociedade?

Portanto, registro meu voto contra como necessidade de reflexão mais profunda a respeito de todas essas questões.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, talvez esse tema tenha sido um dos mais debatidos nos últimos anos neste país e no estado, e nós aqui da bancada do PT tivemos uma posição anterior na aprovação em 2009 do código catarinense, justamente por questionar a constitucionalidade dele e depois 18 artigos foram parar no supremo Tribunal Federal. E o deputado Romildo Titon que tem acompanhado e coordenado essa discussão, tem visto e discutido isso.

Portanto, propomos a criação de um grupo de trabalho nesta Casa e eu e o deputado Romildo Titon participamos, fizemos audiências públicas pela comissão de Constituição e Justiça. Esse projeto já está a um bom tempo na comissão de Finanças e Tributação.

É claro que precisaria de mais debate por ser um tema muito amplo, mas acredito que foi um grande esforço concentrado nacionalmente nos vários ministérios a coragem da presidente Dilma Rousseff de encaminhar esse tema em nível nacional. E, agora, nós estamos adequando a nossa legislação para não ter conflito entre a legislação federal e estadual.

Então, acredito que ficou bom o texto. Há problemas, é verdade, deputada Angela Albino, sublinho algumas questões urbanas que vamos ter, mas nunca teremos uma legislação perfeita. Penso que conseguimos chegar o mais próximo do ideal neste momento.

Assim, cumprimento todos por essa construção. No outro projeto tivemos dúvidas sobre vários pontos, principalmente constitucionais, mas, agora, votamos de fato, deputados Joares Ponticelli e Romildo Titon, convencidos aqui de que isso é o melhor, neste momento, para o nosso estado e Brasil. Temos que cuidar, sim, daqui para frente do compromisso de adequar e fazer o melhor possível para combinar a questão da produção com o cuidado ambiental.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Angela albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Apenas para mencionar aqui que o PCdoB vai votar favorável ao projeto, atendendo à demanda em particular aqui representado pelo nosso vereador Paulinho da Silva, de Chapecó, presente na manhã de hoje; também do vereador de Florianópolis, Tiago Silva, companheiro de grandes lutas.

Gostaria de dizer, ainda, que o PCdoB conta com a ressalva da emenda que fez, porque temos convicção de que ela é um retrocesso em particular nas áreas consolidadas urbanas, sr. presidente. Mas voto a favor em nome do que nós acordamos de no ano que vem estudarmos melhor essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito bem. Agora, sim, em votação o Projeto de Lei n. 0305/2013.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com o voto contrário do deputado Sargento Amauri Soares.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para as 11h59, para a votação do segundo turno das demais matérias e a Lei Orçamentária para 2014.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 049ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0042/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do funcionário da secretaria de Estado da Saúde, informar à Vara da Infância, da Juventude, e do Idoso, ocorrência que envolva a criança, adolescente ou idoso com indício de maus tratos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0079/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos livros destinados ao ensino básico, fundamental, médio e superior adquiridos pelo governo do estado de Santa Catarina, de possuírem versão no formato de texto digital destinado aos portadores de deficiência visual. Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Direitos Humanos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0216/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que institui o Programa de Auxílio Especial para o afastamento temporário de doadores de órgãos no âmbito do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0257/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a implantação do Selo Amigo do Idoso, destinado às entidades de atendimento ao idoso no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0280/2013, de autoria do deputado Gelson Merisio, que institui a tarifa social de energia elétrica para os hospitais públicos e filantrópicos do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0302/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que dispõe sobre a inclusão no Teste de Guthrie (Teste do pezinho) do grupo sanguíneo e fator RH do recém-nascido.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0068/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que dispõe sobre a obrigatoriedade de sinalização de locais inseridos nas zonas de recarga direta do Aquífero Guarani.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0225/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que reconhece o município de São João do Itaperiú como Capital Catarinense da Carne Bovina e Ovina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0578/2011, de autoria dos deputados Dirceu Dresch e Luciane Carminatti, que institui no âmbito do estado de Santa Catarina a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - de todos os produtos oriundos da agricultura familiar fornecidos para alimentação escolar nos municípios catarinenses para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0305/2013, de autoria do deputado Romildo Titon e outros, que altera a Lei n. 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em segundo turno com o voto contrário do deputado Sargento Amauri Soares.

Srs. deputados, a última matéria que consta na pauta da Ordem do Dia de hoje desta sessão legislativa de 2013, é a do Orçamento.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0415/2013, de origem governamental, que estima receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2014.

Até o presente projeto foram apresentadas emendas aditivas e modificativas.

Em discussão.

O Sr. deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra para discutir e encaminhar a matéria o eminente presidente da comissão de Finanças e Tributação e relator do Orçamento 2014, deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, colegas deputados e deputadas, público que acompanha nossa sessão, é necessário dar algumas informações porque esta matéria na verdade foi discutida e acompanhada o ano inteiro, mas ela tramita especificamente na comissão de Finanças e Tributação. Então, muitos dos srs. deputados não acompanharam o nosso relatório final e com isso ficam um pouco prejudicados no conhecimento do teor.

Quero apenas dizer que este processo do Orçamento Geral do estado é complexo e inicia nesta Casa no mês de março ou abril de cada ano, quando começamos as primeiras audiências públicas para a discussão do Orçamento Regionalizado, emenda constitucional aprovada nesta Casa, em seguida a LDO. Este ano foi necessário uma alteração do PPA, que aprovamos recentemente em função até das novas demandas do Poder Executivo oriundas especialmente do recurso do novo financiamento que o governo do estado assinou com o BNDES, empréstimo ao estado de Santa Catarina e da mesma forma alterações necessárias no PPA por novas demandas oriundas das audiências públicas, porque este ano também novos prefeitos e novos vereadores assumiram fazendo com que mudasse a demanda regional.

Dentro desse contexto todos os prazos regimentais foram cumpridos e é importante salientar que foram apresentadas emendas ao projeto, sobre as quais gostaria de comentar. Foram apresentadas 128 emendas de origem das audiências públicas. Todos sabem, ficou definido que anualmente cada região teria direito a três emendas, e este ano, sr. presidente, quero aqui manifestar mais uma vez e agradecer o apoio que tivemos por parte da Presidência desta Casa e de todos os deputados que participaram das audiências, pois ampliamos as audiências públicas para 34 para atender a divisão geopolítica das secretarias regionais, e com isso houve um grande incremento de participação.

Foram quase 2.600 participantes nas audiências públicas. E v.exa., sr. presidente, cedeu a estrutura toda desta Casa, dos assessores, dos servidores e deputados para a realização das reuniões e quero agradecer. E dessas audiências públicas foram destacadas 128 emendas das quais no nosso relatório final aprovamos 121; 07 não foram incluídas no relatório final, porque essas já estão em execução por parte do governo, portanto não era necessário repeti-las no Orçamento.

Ainda recebemos emendas de bancada, duas do Partido dos Trabalhadores.

Também recebemos emendas parlamentares. Foram 53 emendas ao todo, 13 da deputada Ana Paula Lima, dez da deputada Angela Albino, quatro do deputado Dirceu Dresch, uma do presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, uma do deputado Kennedy Nunes, 20 da deputada Luciana Carminatti, quatro do deputado Marcos Vieira e uma do deputado Neodi Saretta, completando 53 emendas.

Esta relatoria, conforme praxe nesta Casa, encaminhou prioritariamente as emendas das audiências públicas e rejeitou todas essas emendas não avaliando o mérito delas e, sim, o contexto político desta Casa que priorizou o Orçamento Regionalizado.

Volto a dizer que gostaria de ter acatado todas as emendas, como, com certeza, todos os

demais deputados gostariam de ter apresentado emendas, mas não o fizeram respeitando este encaminhamento maior, que é o Orçamento Regionalizado.

Ainda recebemos uma emenda por parte do Poder Executivo que regulariza a situação do empréstimo aprovado nesta Casa de R\$ 2 bilhões junto ao Banco do Brasil, que foi aprovado nesta Casa depois que o governo já tinha encaminhado à Assembleia o Orçamento que eu tenho data limite, que é 30 de setembro.

Portanto, essa emenda foi acatada porque nós já havíamos aprovado o financiamento e o governo apenas regulariza essa questão no Orçamento.

Dentro disso, sr. presidente, das 184 emendas no total, 121 aprovadas do Orçamento Regionalizado, em uma, de origem governamental ao texto, foram as emendas aprovadas, as demais rejeitadas.

Claro que volto a dizer que cada parlamentar pode pedir o seu destaque em plenário, se assim desejar, mas faço um apelo ao bom senso de todos os srs. deputados, respeitando a sua individualidade.

Dentro do possível e dentro do que já está sendo encaminhado em outros momentos, que pudéssemos caminhar juntos na aprovação desse relatório da forma como foi aprovado por unanimidade na comissão de Finanças e Tributação.

Ainda quero salientar, sr. presidente, e isso foi discutido no âmbito da comissão, que as emendas parlamentares precisam ser resgatadas, sim, porque é uma atividade ou uma necessidade e nós estamos hoje abrindo mão delas. Mas ela tem que ser discutida no ano que vem, a partir da discussão da LDO, quando lá já sinalizamos a possibilidade de emenda parlamentar, e aqui já discutimos sobre esse ponto.

Mas quero lamentar, ainda, sr. presidente, de que uma emenda constitucional de sua autoria, que visa garantir a impositividade do Orçamento e que teve o substitutivo global todos os nove deputados da comissão de Finanças para que essa impositividade alcance apenas as emendas do Orçamento Regionalizado. Ou seja, o que o governo encaminhar como sua proposta, isso é de domínio do governo, se vai executar ou não, mas o Orçamento Regionalizado não, pois é emenda constitucional, é do Poder Legislativo e este, sim, uma vez aprovado tem que ser efetivamente realizado.

E v.exa. apresentou a emenda constitucional em que nós fizemos um substitutivo global de forma conjunta com o conhecimento de v.exa., infelizmente a matéria não foi votada no Plenário, mas terá que ser, sr. presidente, a primeira matéria a ser pautada para 2014, para que durante o ano possamos organizar, possamos tramitar em todas as leis que são necessárias, já prevendo essa impositividade.

Então, é um apelo e um pedido que faço a v.exa., como presidente desta Casa, que junto com a assessoria possamos conversar para esse encaminhamento.

No mais quero pedir, mais uma vez, desculpas a todas as sras. deputadas e a todos os srs. deputados por não atender na íntegra as solicitações, mas volto a dizer que o critério que adotamos foi o da coerência do Orçamento Regionalizado.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Vou ser bem breve, deputado Gilmar Knaesel.

Primeiro, quero parabenizá-lo pelo trabalho e por v.exa. ser um dos idealizadores dessa questão do Orçamento Regionalizado.

Gostaria de dizer que em algum momento, no passado, o governo não acreditou

muito, mas graças a sua participação e de vários deputados, passou a ter um crédito muito maior e eu estou extremamente satisfeito.

Participei de várias audiências do Orçamento Regionalizado, até mesmo por fazer parte da comissão de Finanças e Tributação, e é claro que para a colcha de retalhos, o lençol é curto e temos que acatar as prioridades e algumas matérias ficam de fora.

Eu falo de maneira especial pela nossa região sul e posso dizer que aquilo que foi estabelecido por consequência do Orçamento Regionalizado está sendo contemplado.

Então, por isso, eu fico muito satisfeito e parabenizo v.exa. pelo trabalho desenvolvido.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa., eminente deputado Gilmar Knaesel.

V.Exa. está há muitos mandatos aqui nesta Casa e gostaria de dizer que saímos daqui muitas vezes para fazer as reuniões do Orçamento Regionalizado e brincávamos conosco dizendo para encaminhar como indicação, e não acontecia.

Quer dizer que foi um período de muita luta e de trabalho para que o Orçamento Regionalizado tivesse algum reconhecimento. E hoje podemos dizer que estão sendo realizadas muitas obras do nosso Orçamento Regionalizado. Eu acho que isso é uma conquista deste Parlamento, e temos que reconhecer isso.

Por isso, quero cumprimentá-lo e dizer que v.exa. participou efetivamente dessa conquista. O Parlamento ganhou muito com isso e nós estamos atendendo a população lá da base, realizando essas obras que são fundamentais.

Por isso, quero parabenizá-lo e dizer que v.exa. tem sido uma figura importante nos Orçamentos aqui nesta Casa e que essa conquista é muito importante para o Parlamento Catarinense!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço a v.exa., deputado Manoel Mota, pela sua manifestação sempre carinhosa e respeitosa. Mas v.exa. também está aqui há seis mandatos e tem contribuído muito na evolução desse processo.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Gilmar Knaesel, até por questão de instinto de sobrevivência política, todo parlamentar tem um cuidado todo especial com a sua região, com a sua base, pois é lá que ele tem mais identificação com o eleitor.

V.Exa., de uma maneira muito correta, transparente e alta, posso assim dizer, preocupou-se com todos nós. V.Exa. esteve em todas as regiões discutindo o Orçamento. Eu participei das reuniões em alguns locais com a sua equipe e só posso, com certeza, dizer que a sua conduta foi muito ética, e isso que é importante.

Nós sabemos que, às vezes, esse é um jogo difícil que temos que saber jogar, e v.exa. foi muito correto no sentido do Orçamento. E também essa grande conquista que o Parlamento tem do Orçamento Regionalizado é importante para todos nós, que dividimos a responsabilidade das conquistas com as regiões e com os prefeitos.

E também, deputado, sabendo do seu conhecimento e da sua vontade, gostaríamos que esta Casa avançasse mais e que conquistássemos o Orçamento Impositivo, que é um sonho de todos os deputados. Ele traria muito retorno às regiões e estaríamos fazendo o nosso Orçamento ser cada vez mais respeitado. Eu sei que essa é uma luta

sua e também do deputado Joares Ponticelli. Então, quem sabe, no próximo ano, conseguiremos essa conquista tão importante, que é o Orçamento Impositivo.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, deputado Dado Cherem. V.Exa. também participou de várias audiências públicas e brigou muito pela Udesc de Balneário Camboriú, que está devidamente também inserida no contexto.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Gilmar Knaesel, quero apenas cumprimentá-lo e informar ao presidente que parece que houve um problema na TVAL e estamos sem a transmissão da sessão.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, deputado Jailson Lima.

O sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Em nome da bancada do PSD quero parabenizá-lo pelo seu trabalho, pela sensibilidade, porque v.exa., é um homem experiente que, inclusive, já presidiu esta Casa.

Então, parabéns pelo trabalho. Com certeza, mais uma vez v.exa. dá uma demonstração de experiência e de comprometimento com o estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, deputado Darci de Matos, mas queria fazer dois reconhecimentos aqui que são importantes.

Primeiramente ao Poder Executivo, ao governo do estado, por esse processo de avanço. Já tivemos avanços no governo passado, mas o atual governo, através das secretárias da Fazenda e do Planejamento, especialmente da Fazenda, tem sido leal com os compromissos acordados nos encaminhamentos de todos os acordos feitos. É importante dizer isso também.

Por último, sr. presidente, para encerrar, não posso deixar de agradecer a equipe técnica da coordenadoria do Orçamento Regionalizado, aqui coordenado, hoje, e atualmente pelo Jerry e todos os técnicos funcionários da Casa, que trabalharam muito. Também não só aos técnicos da comissão, mas à Taquigrafia, ao cerimonial, enfim, a todos aqueles que nos acompanharam nas audiências públicas, porque devo muito ao trabalho competente de todos. Quero agradecer, enfim, perante todos, à assessoria, pois sem ela não teríamos sucesso.

Sendo assim, encerro o encaminhamento, sr. presidente, peço a todos os srs. deputados pela sua aprovação.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Srs. deputados, temos 18 destaques. Quero propor a v.exas. que possamos acordar aqui o tempo de discussão de cada um, porque se cada um for discutido cinco minutos, eu temo que o natal possa nos alcançar aqui. Acho que dois minutos, pode ser?

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a Palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sim, pode ser dois, ou faz uma defesa de um pouco mais e depois um minuto para a defesa individual. Mas pode ser dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Então, dois minutos.

A Sr. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a Palavra, pela ordem, a sr. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, inclusive, quero facilitar, se eu pudesse ser ouvida. Acredito que todos os destaques são da bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não somente!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Mas, então defendo, da parte da bancada do Partido dos Trabalhadores, que é a autora da grande maioria dos destaques, da votação em bloco para facilitar. Não vamos precisar desse tempo todo, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito bem, deputada Ana Paula Lima.

Então, já estou separando aqui os destaques. V.Exa. tem razão, eu diria que 99% dos destaques são da bancada do Partido dos Trabalhadores, para não dizer 100%.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sr. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, o Pcdob também aceita fazer a discussão em bloco, se aumentar um pouquinho mais o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está perfeito. Dos 18 destaques, srs. deputados, 17 são da bancada do Partido dos Trabalhadores. Evidente que nessas condições, como são 17 destaques, vamos oferecer cinco minutos ou dez minutos?

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a Palavra, pela ordem, a sr. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, v.exa. não se preocupe com isso. Um é do deputado Marcos Vieira? Se for, deixe o deputado Marcos Vieira falar primeiro, depois defendemos os nossos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a Palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, precisaremos de 30 segundos para explicarmos cada emenda. Então, proponho que votemos individualmente cada uma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Isso. Assim fica perfeito.

Discussão e votação das Emendas n. 33, 34 e 35 ao Projeto de Lei n. 0415/2013.

Em discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, o sr. deputado Marcos Vieira para discutir o seu destaque, por até dois minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente e srs. deputados, na verdade trata-se de três emendas que destaquei no Orçamento do Estado e que consta com o apoio de vários dos srs. deputados.

Os recursos destinados a estas emendas, sr. presidente, na verdade não sai de nenhum outro órgão do estado a não ser do próprio orçamento da Udesc, que tem R\$ 33 milhões e que estão sendo destinados para investimentos em diversas áreas, com uma carência muito grande, sr. presidente, de cursos de níveis superior no oeste e no extremo oeste de Santa Catarina.

A emenda que apresentei e que conta com o apoio dos deputados Maurício Eskudlark, Mauro de Nadal, Dirceu Dresch, Moacir Sopesa,

Reno Caramori, deputada Luciane Carminatti e outros, trata da destinação de R\$ 5 milhões para que a Udesc possa implantar o curso superior de Engenharia Civil na cidade de Palmitos, curso esse feito por intermédio de pesquisa, com a concordância da Udesc.

A segunda emenda, sr. presidente, trata de R\$ 4 milhões para a implantação do curso de Engenharia Química na cidade de Pinhalzinho, também necessário, já que lá existe o curso de Engenharia de Alimentos.

E a terceira emenda, sr. presidente, é na ordem de R\$ 1 milhão para a recuperação do prédio da Udesc, na cidade de Pinhalzinho, tendo em vista que parte daquela edificação está interdita.

Então, é uma emenda extremamente importante, sr. presidente, até porque vai fazer com que a Udesc amplie exatamente numa das regiões com menor índice de IDH de Santa Catarina.

Além dessa, vai ficar faltando a implantação da Udesc na região do Contestado, também um compromisso da Udesc.

O orçamento da Udesc, sr. presidente, nos últimos cinco anos, passou de, aproximadamente, R\$ 145 milhões para R\$ 280 milhões; e para o ano que vem está previsto para mais de R\$ 300 milhões.

Ora, dos R\$ 33 milhões que a Udesc tem para investimento no ano que vem, a emenda está carimbando somente R\$ 10 milhões para serem investidos em cursos nas cidades de Palmitos, Pinhalzinho e para a recuperação do prédio da Udesc de Pinhalzinho.

E para esta emenda que apresentei, solicito a aprovação dos srs. deputados em painel, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta presidência registra a presença, em nosso plenário, do presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Jaguaruna, o nosso querido presidente Alcício Bitencourt.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, primeiramente gostaria de reconhecer o trabalho do presidente Gilmar Knaesel, que é um mestre que nós temos aqui na Assembleia, uma pessoa que admiro. Fui seu companheiro de partido e tenho muita consideração por ele, pelo seu equilíbrio, ponderação e determinação.

Esta questão da Udesc, a gente vê que tudo que a Udesc pediu para esta Casa, para o governo, em plano de carreira, em estrutura, o estado atendeu.

E é importante também que a Udesc tenha os seus olhos voltados para Balneário Camboriú ou para as regiões que precisarem, como é o caso de Palmitos, onde já tinha um curso que foi desativado.

Então, o que entendemos é que a Udesc tem um orçamento e nesta Casa, como representantes dos catarinenses, temos o direito de pelo menos pedir ou direcionar onde esses recursos devem ser aplicados.

Queremos que o jovem permaneça no campo, que permaneça no interior, mas temos também que dar a contrapartida. A Udesc já sinalizou que há um projeto para a criação de um curso de Direito em Florianópolis, um absurdo para a Universidade de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Temos que levar o curso para onde não tem.

Então, eu entendo que não mexe no orçamento, apenas direciona, e Palmitos e Pinhalzinho tem essa necessidade. Em Balneário Camboriú já voltou a curso de Administração

Pública, que é importante, mas defendemos esta emenda, sr. presidente.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Queremos aqui ressaltar a importância e o esforço do deputado Gilmar Knaesel, que visitou todas as regiões e discutiu o Orçamento Regionalizado, e queremos dizer, ainda, que também estamos acompanhando de perto toda situação da Udesc no oeste.

Nós queremos e precisamos de mais investimentos naquela região. Criou-se uma expectativa, à época, do curso em Pinhalzinho e em Palmitos, de a estrutura ser instalada lá, mas agora há problemas na sua estrutura que precisam ser sanados.

Então, sem dúvida nenhuma, nesta votação vamos nos aliar à bancada do PSDB junto com o deputado Marcos Vieira porque esta emenda com certeza é extremamente importante.

Assim, sr. presidente, coloco-me favorável porque, inclusive, assinei esta emenda juntamente com o deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Lamento, presidente, não estar presente o líder do governo no momento em que estamos votando o Orçamento Geral do Estado. Mas com certeza o deputado Aldo Schneider, que tem tido uma atuação permanente aqui na Casa, deve ter algum problema, mas solicitaria que estivesse aqui para acompanhar.

São três questões e a primeira delas é o mérito legal. Não posso me ater ao mérito das emendas parlamentares, já disse isso na tribuna. Foi feito um acordo de encaminhamento e em todas as audiências públicas salientávamos de que a prioridade era somente o Orçamento Regionalizado.

Mas quero me ater a duas questões ainda sobre esta emenda do deputado Marcos Vieira.

Primeiramente, ela não pode ser aprovada porque não consta no PPA. Todos sabem disso, inclusive o deputado Marcos Vieira, que já foi relator no Orçamento, que tudo que está no Orçamento tem que estar previsto no PPA. Esta emenda não tem amparo no PPA.

Em segundo lugar, é uma emenda politiqureira, sr. presidente, o deputado Gelson Merisio, que é também da região e aliado do prefeito municipal, que esteve aqui e fez o pedido, eticamente não apresentou a emenda porque sabia que não era possível dentro do entendimento da Casa. Em terceiro lugar, destaco a falta de ética, porque todos sabem que foi feito aqui uma audiência pública, e, dentro do Orçamento da Udesc, já existe a rubrica destinada à Universidade de Palmitos. Basta o entendimento interno com a Udesc para que esta emenda pudesse ser atendida.

Então, quero fazer um apelo a todos os srs. deputados para que rejeitem o pedido de destaque. Primeiramente porque não tem amparo no PPA; segundo, porque nesta Casa todos os srs. deputados participaram de uma audiência pública discutindo com a Udesc a questão da universidade e sabem que há o comprometimento do reitor para sanear o problema da falta curso naquela cidade.

Esse é o nosso encaminhamento, sr. presidente.

Esperamos ter a maioria a nosso favor.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, apenas gostaria de mencionar que inclusive padece de ilegalidade essa emenda porque a Udesc tem o privilégio da sua autonomia. Nós não podemos dizer onde e qual curso vai ser feito, isso fere o princípio constitucional de autonomia da Udesc.

Portanto, nós, não sob o amparo da lei estamos aptos para discutir esta emenda.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, quero me manifestar favorável às emendas apresentadas, até porque estamos tentando construir a viabilidade desses dois *campus* tanto de Pinhalzinho quanto de Palmitos. Não conseguimos avançar, já fizemos mais de três reuniões com a diretoria aqui dentro desta Casa com a vinda do reitor para conversarmos sobre esses dois educandários e não conseguimos evoluir dentro desse projeto, sempre a argumentação é a falta de recursos financeiros.

Então, a emenda tem como objetivo realocar dentro do orçamento da Udesc os recursos suficientes para que possamos melhorar a Udesc de Pinhalzinho, que está em péssimas condições na sua infraestrutura; instalamos um novo curso e também damos viabilidade à Udesc em Palmitos, implantando esse curso que é o anseio de toda comunidade palmitense e regional.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, o deputado Gilmar Knaesel trouxe a informação da reitoria da Udesc, quer dizer, o pleito do curso de Palmitos está resolvido, está encaminhado, está decidido. Por exemplo, o curso de Enfermagem de Palmitos foi para Chapecó por recomendação do Conselho Estadual de Enfermagem, porque não tínhamos hospitais para atender a demanda de estágio desse curso.

Isso tem que ser explicado. E a Udesc, dentro das suas condições financeiras, do seu orçamento, tem procurado atender as demandas de Santa Catarina. Agora, não é possível atender todas as demandas e todos os pedidos. Eu quero concluir enaltecendo aqui o pleito. Entendo, mas a emenda fere a autonomia da universidade. E o deputado Gilmar Knaesel já deu a informação correta, já está contemplado. Portanto, não vejo necessidade de nós aprovarmos essa emenda.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Na audiência pública de Palmitos, onde todos nós estivemos, essa emenda não foi priorizada. Portanto, na região de Xanxerê, de Pinhalzinho, de Concórdia, no sul do estado a Udesc foi priorizada. O momento para discussão dessa emenda foi na audiência pública de Caçador. Naquele momento esta emenda poderia ter sido priorizada, inclusive incluída na alteração do PPA. Gostaria de, mais uma vez, salientar isso.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - É competência exclusiva desta Casa aceitar o Orçamento da forma como vem, modificar e sugerir

modificações. Essa prerrogativa é constitucional e ninguém pode tirar desta Casa.

Em segundo lugar, não se optou por prioridade de ação do Orçamento Regionalizado, porque a comunidade acreditou na reitoria e que o caso *campus* de Palmitos seria resolvido, mas até hoje não foi. Nós estamos carimbando dinheiro especificamente para criar o curso superior de Engenharia Civil em Palmitos; o curso superior de Engenharia Química em Pinhalzinho e a reforma de R\$ 1 milhão no prédio de Pinhalzinho, que está interditado. É só carimbar os recursos e dizer para a universidade implantar os cursos, porque a universidade pediu que se fizesse uma pesquisa em toda a região para saber qual o curso que a comunidade queria. E a comunidade escolheu Engenharia Civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não havendo mais quem as queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal por solicitação do autor.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	abst
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MAOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	abst
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 18 votos "sim", 8 votos "não" e 2 abstenções.

Estão aprovadas as emendas.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, talvez os srs. deputados não tenham a noção exata do que acabamos de fazer. Quebramos aqui um paradigma. Quero deixar isso muito claro. Estou frustrado como relator do Orçamento, e agi eticamente com todos os srs. deputados. Quero destacar que nenhuma emenda

individual eu apresentei como relator. Tenho tentado agir dessa forma ao longo dos meus mandatos nesta Casa, respeitando a todos.

Quebrou-se um paradigma, cometeu-se uma ilegalidade. Aqui quero fazer um encaminhamento no sentido de que se faça Justiça daqui para frente, e caminho favoravelmente a todas as emendas que o Partido dos Trabalhadores apresentou porque, se querem fazer tratamento isonômico, é o que se fará daqui para frente nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Para encaminhamento dos destaques propostos pela bancada do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero destacar as emendas 23, 25, 26 e 27 e quero fazer um comentário geral sobre o Orçamento. Falava pela manhã, quando debatíamos o projeto do Ministério Público, que o Orçamento talvez ficasse em segundo plano. E estou de fato vendo isso, pela pouca presença já na Casa para discutir um tema tão sério. O Orçamento é o projeto da estratégia de política pública do desenvolvimento do estado sobre as prioridades de investimento dos recursos públicos.

Quero fazer alguns destaques no sentido mais geral, primeiramente, discutindo a questão do Orçamento Regionalizado, que é uma bela política desta Casa. Talvez esta Assembleia seja uma das únicas do Brasil que constrói essa perspectiva de viajar, de ouvir as prioridades das regiões, especialmente os órgãos públicos, as prefeituras, os vereadores e as secretarias regionais deste estado.

Mas tenho levantado uma polêmica, que é a participação deste Parlamento nas emendas. Então, nessa perspectiva de olhar para o papel deste Parlamento, fico num grande conflito. Participei de grande parte das audiências e assumi lá o compromisso de que vamos priorizar as emendas do Orçamento Regionalizado.

Agora, há alguns temas que não aparecem porque vêm de demanda do nosso trabalho no dia a dia, que influenciam em toda a região, porque o Orçamento Regionalizado virou um orçamento de infraestrutura, que trata de rodovias, escolas locais, e os grandes temas estão ficando abertos. Por isso, apresentei emendas com relação a grandes temas. Apresentei emenda sobre uma política estadual para desenvolver atividade sobre combate à estigme; uma emenda para atender a agricultura familiar de todo o estado; outra para construir uma política estadual da atividade leiteira, que sustenta milhares de famílias, para que o estado tenha uma política no setor; e outra emenda sobre a questão da telefonia, relativa à banda larga.

Nós temos que atender melhor a nossa agricultura familiar, os nossos pequenos municípios, com a *internet*, que é uma necessidade da nossa população do interior e dos pequenos municípios. Criar um programa de estado, nessa perspectiva, que não foi abordado no debate das regionais. E por último, uma política também de apoio à publicidade, à construção do setor das rádios comunitárias do nosso estado, que é um setor que vem crescendo, que vem se desenvolvendo, especialmente, nos pequenos municípios, na comunidade do interior.

Então, nessas grandes políticas eu tenho divergência.

Este Parlamento tem que ter um espaço para este debate; senão, qual será o nosso papel? Simplesmente aprovar o que vem de lá. Claro que é prioridade. Agora, têm algumas coisas que não vêm, como por exemplo, esses grandes temas que

eu estou apresentando, da política estadual do leite.

Como o estado vai aprovar, como nós vamos aprovar os projetos se não tivermos uma política no Orçamento? Vamos fazer somente discurso se não tivermos recursos para a Epagri ou Cidasc apresentarem e construírem essas políticas.

Então, é isso, sr. presidente.

Era essa a consideração que eu queria fazer, neste momento, sobre as minhas quatro emendas, que dizem respeito à água da chuva; à política estadual do leite; à questão da *internet*, da banda larga, e, por último, à questão de uma política de apoio à publicidade, à divulgação e apoio nas rádios comunitárias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. ANGELA ALBINO - Quero dizer que temos 25 parlamentares, seis dos quais de oposição, ou seja, o governo relegou a segundo plano a votação do Orçamento de tal forma que quem está dando quórum para votar o Orçamento do estado é a Oposição.

Que lembremos disso na hora que dividirmos aqui, governo e Oposição, em votação de emenda sem olhar o conteúdo da emenda. Que lembremos da responsabilidade que tem a Oposição nesta Casa com a condução do estado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, em substituição ao deputado Aldo Schneider, líder do governo, a nossa recomendação é pela rejeição das emendas apresentadas pela bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado, nós vamos encaminhar ainda as emendas, o restante das emendas.

O deputado Dirceu Dresch encaminhou as emendas 23, 25, 26 e 27.

Não foi deputado Dirceu Dresch?

E a deputada Ana Paula Lima vai encaminhar os demais destaques da bancada do PT, e então teremos no final votação em bloco.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Espero que a orientação do relator do projeto seja para os senhores e para as senhoras aprovarem as emendas, aqui, defendida pela bancada do PT, e que tenham a sensibilidade também, principalmente, de algumas emendas, a sensibilidade masculina na defesa das mulheres catarinenses.

Defendo, sr. presidente, emenda que apresentamos ao relator, da construção de casas-abrigo para as mulheres e filhos dessas mulheres que foram vítimas de violência. É uma emenda da bancada do PT para proteção de mulheres e crianças.

Também defendemos na área da assistência social a capacitação de assistência social para a Delegacia da Mulher. As assistentes sociais é que fazem esse primeiro atendimento à mulher. Também recursos para equipar as Delegacias de Proteção à Mulher, que hoje elas não estão equipadas de acordo com o que preconiza a Lei Maria da Penha.

Também temos emendas para ampliação de escolas e também manutenção de rodovias feitas pela deputada Luciane Carminatti.

Temos ainda uma emenda da Defensoria Pública e estávamos, inclusive, para aprovar um projeto dessa natureza mas, infelizmente, o governo não achou prioritário o encaminhamento de votação desse projeto com emendas, inclusive, feita pela bancada do PT, que era para garantir melhores condições de trabalho para Defensoria Pública, e não teve prioridade.

Então, sr. presidente, essas emendas que encaminhamos ao relator fundamentam bem o que nós queremos ao ouvir a população catarinense, nesta área que fica mais frágil, da violência da mulher, da Delegacia, da Defensoria Pública, porque nós estamos defendendo o ser humano.

E uma emenda, especificamente, deputado Ismael dos Santos, que é a do Conselho Estadual de Drogas do estado de Santa Catarina, porque essa emenda tem dois objetivos: fortalecer o conselho estadual e garantir recursos de tratamento específico de crianças e adolescentes envolvidos com a drogadição.

Sr. presidente, a bancada do PT dentre as emendas que escolheu, priorizou essas para votar em bloco, porque entendemos que é de fundamental importância que o estado de santa Catarina dê garantias para as mulheres e crianças, na questão da drogadição.

E uma especificamente da minha região, porque nós vimos que esse pacto na área de infraestrutura das estradas não tem acontecido como nós queremos. A Rodovia Jorge Lacerda, que é uma com grande movimentação ali no vale do Itajaí, que liga o município de Blumenau a BR-101, está estrangulada devido à grande movimentação. Nós colocamos no Orçamento que essa rodovia também precisa ser duplicada a exemplo do que vai ser a BR-470, que não vai dar conta dessa demanda de veículos que por ali passa.

Por isso, sr. presidente, era isso que tinha a defender, pedindo aos senhores e senhoras que votem a favor das emendas apresentadas pela bancada do PT.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, para encaminhamento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para encaminhar, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - O Partido Progressista vota contra a emenda.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, para encaminhamento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para encaminhar, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, queria aqui pedir vênias ao PT, porque na verdade a autoria da emenda constitucional do Orçamento Regionalizado partiu da bancada do Partido dos Trabalhadores, que deve ter prioridade, mas ao apresentar emendas individuais também nos quebra dentro desse conceito de prioridade ao Orçamento Regionalizado.

Mas aqui também após a votação da emenda aprovada do deputado Marcos Vieira, como relator não vou votar contra o meu relatório, mas faço encaminhamento para que haja isonomia. Se aprovamos a emenda do deputado Marcos Vieira, inconstitucional ou não, ilegal, porque não tem amparo no PPA, volto a dizer isso, eu encaminho que os srs. deputados votem favorável às emendas do PT para darem isonomia aqui neste Plenário.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero dizer aqui que nós da Oposição estamos dando quórum para votação do Orçamento e espero do governo um tratamento minimamente condigno com isso. Nós acabamos de quebrar uma tradição histórica desta Casa, e nós vamos tratar a emenda do PT, como a emenda do PT que por isso é ruim?

Eu vou pedir, sr. presidente, verificação de quórum e proponho aos meus colegas de bancada de Oposição, a quem chamo também o PSDB, dado o tratamento que tem recebido aqui nesta Casa e também pelo governo do estado, que nós possamos nos retirar. Se o governo diz que apenas vale o que é dele e nós não servimos para nada, também não vamos servir para dar quórum.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Sr. presidente, apenas para restabelecer. Ninguém faz favor para ninguém participando da sessão ordinária que vota o Orçamento. É obrigação tanto da bancada de Oposição quanto da bancada do governo. Se a bancada de Oposição entender de fazer obstrução, é um direito regimental e cabe a ela decidir. Eu estou presente e vou votar e não vejo nenhuma diferença entre ser Oposição ou de governo. Estamos aqui cumprindo com a obrigação. Quem não está aqui, deve ter algum motivo que justifique.

Agora, não é enaltecendo o fato de a bancada de Oposição dar quórum. Ela está cumprindo com sua obrigação e está aqui para votar. Se quiserem fazer obstrução, é um direito regimental, agora, não vamos supervalorizar a presença no Plenário, porque não estão fazendo nada mais do que a obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Discussão e votação das Emendas n.s.: 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 38, 39, 40, 44 e 45 ao Projeto de Lei n. 0415/2013, que estima a receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem as queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, ratificando, a posição do governo é para a rejeição das emendas.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, peço verificação de quórum em painel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Solicito à assessoria que abra o painel para a verificação de quórum.

(Procede-se à abertura do painel para a verificação de quórum.)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, eu não sei se há essa possibilidade regimental, mas há duas emendas que tratam de assuntos de interesse deste deputado.

Eu gostaria que, se fosse possível, votássemos de forma separada as Emendas ns. 30, 44 e 45.

Deixo a critério desta Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Já discutimos e foi encaminhada a votação em bloco, sr. deputado.

Não há como.

(Procede-se à verificação de quórum.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTONIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CIRO ROZA

DEPUTADO DADO CHEREM

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

DEPUTADO MAURO DE NADAL

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NEODI SARETTA

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO RENATO HINNIG

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SANDRO SILVA

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALMIR COMIN

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Temos 21 srs. deputados em plenário.

Em votação nominal os destaques das emendas que acabamos de anunciar.

Os srs. deputados que votarem "sim", aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTONIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CIRO ROZA

DEPUTADO DADO CHEREM

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO MANOEL MOTA não

DEPUTADO MARCOS VIEIRA não

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK não

DEPUTADO MAURO DE NADAL sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA não

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO não

DEPUTADO NEODI SARETTA não

DEPUTADO NILSON GONÇALVES não

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADO RENATO HINNIG não

DEPUTADO RENO CARAMORI sim

DEPUTADO ROMILDO TITON não

DEPUTADO SANDRO SILVA não

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON não

DEPUTADO SILVIO DREVECK não

DEPUTADO VALMIR COMIN não

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI sim

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 21 votos "não", 8 votos "sim", e uma abstenção, sendo que o sr. Presidente, deputado Joares Ponticelli, acatou a manifestação do deputado Reno Caramori votando contra esta matéria fora do sistema eletrônico de votação, sendo assim, totalizam 22 votos "não".

Foram rejeitadas as emendas por maioria.

Agora, sim, em votação o Projeto de Lei n. 0415/2013, que estima a receita e fixa despesa do estado para o exercício financeiro de 2014, sem prejuízo das emendas aprovadas.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, quero saber se alguém pode me informar como fica a emenda do deputado Marcos Vieira aqui aprovada, que não tem amparo no PPA?

Quem é que vai fazer o encaminhamento desta emenda dentro do Orçamento?

Se v.exa. puder responder, fico satisfeito. Mas de qualquer forma, caminho favoravelmente a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência solicita ao líder do governo que traga informações assim que voltar ao plenário.

Em votação o Orçamento.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovado em turno único o PL n. 415/2013.

O sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Eu apenas quero aqui registrar e acho que é uma preocupação da maioria dos srs. deputados, que o projeto de gratificação por produtividade, dos funcionários da Fatma não veio para esta Casa neste ano. Isso é um problema porque todos nós sabemos da necessidade da serenidade, da eficiência da Fatma.

Conversei com o secretário Antônio Gavazzoni, e vai ser tratado o projeto em janeiro e o início dos trabalhos em fevereiro virá para esta Casa para atender os pleitos dos servidores da Fatma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 12h58 para votarmos a redação final das matérias aprovadas hoje.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 050ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 10:30h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação das redações finais das seguintes matérias: Projetos de Lei n.s: 0415/2013, 0447/2013, 0332/2013, 0139/2013, 0042/2013, 0079/2011, 0216/2012, 0257/2013, 0280/2013, 0302/2012, 0068/2013, 0225/2013, 0578/2011, 0305/2013.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas as redações finais.

Esta Presidência comunica que defere de plano o Requerimento n. 1334/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o Requerimento n. 1328/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que envia às Diretorias Regionais das Empresas Operadoras de Telefonia em Santa Catarina, solicitando a melhoria da cobertura do sinal de *internet* em todas as localidades do município de Nova Veneza.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0124/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada aos prefeitos e às secretárias de Educação dos municípios de Correia Pinto, Brusque, São Domingos e Santa Terezinha, parabenizando-os pelo recebimento do Prêmio *Gestão Eficiente da Merenda Escolar*, premiada pelo governo federal e pela ONG Ação Fome Zero.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0125/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao prefeito e secretário de Educação do município de Florianópolis, solicitando a adoção de medidas

rígidas para que a Escola Almirante Carvalhal mantenha ou contrate professor auxiliar para atender o aluno Gabriel Brunetto da Rosa, portador de Transtorno Global do Desenvolvimento.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0126/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao Frei Edgar Weist de Blumenau, manifestando louvor pelo Jubileu de Ouro de Ordenação Sacerdotal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0109/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao sr. governador do estado, solicitando informações referentes a vistoria obrigatória dos veículos automotores realizada pelo Detran.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, quero aproveitar o término desta sessão, primeiro para parabenizar a conduta da Presidência desta Casa neste ano que passou, um ano de muitas dificuldades e de muito trabalho para todos, mas o eminente presidente com certeza conduziu os trabalhos de forma imparcial e muito justa. Por isso, sinto-me gratificado por tê-lo apoiado ao cargo de presidente desta Casa, pois vejo agora o resultado final muito bom desse processo.

Da mesma maneira, sr. presidente, quero agradecer a todos os srs. deputados e sras. deputadas desta Casa pelo ano produtivo e muito respeitoso entre todos, o que é de extrema importância. Isso mostra, sr. presidente, o amadurecimento que esta Casa com o tempo cada vez mais adquire em prol do povo catarinense.

Quero agradecer, aos funcionários da casa, sem exceção, pela maneira com que nos ajudaram a engrandecer e a construir o processo em 2013.

Para encerrar, sr. presidente, quero aproveitar e desejar um feliz Natal a todos e que possamos com os erros do passado construir um 2014 melhor, com muito aprendizado, humildade e, acima de tudo, fazer aquilo que acreditamos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado pela manifestação carinhosa, deputado Dado Cherem. Saiba que a recíproca é verdadeira, pois tem a minha admiração pelo grande homem público que é.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero aqui, neste instante, parabenizar o eminente deputado Joares Ponticelli por este ano de trabalho na Presidência da Assembleia Legislativa. V.Exa. fez um trabalho brilhante, coerente, democrático. Então, quero desejar a v.exa. e aos meus colegas deputados um feliz Natal e que em 2014 a luz divina o ilumine nessa caminhada importante.

Quero também desejar um feliz Natal aos nossos servidores da Casa, dos nossos gabinetes, que são também da Casa, e em 2014 com a luz divina iluminando todos vocês e todos seus familiares, desejando ao povo catarinense muita paz, muito amor e muita luz divina neste Natal, para que possamos construir um ano melhor em 2014.

É o nosso desejo, é o nosso sentimento e por isso deixo um abraço a todos os meus companheiros e aos meus colegas deputados um abraço muito especial.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Manoel Mota, muito obrigado pela manifestação carinhosa de v.exa., pela parceria e pelo auxílio na direção da Mesa neste ano.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar os nossos companheiros e companheiras deste Parlamento, deputados e deputadas, cumprimentar os funcionários deste plenário, como a assessoria, a imprensa, os nossos funcionários de gabinete e todos os funcionários da Casa que nos auxiliaram para mais um ano bem sucedido.

Mas antes de desejar um feliz Natal aos catarinenses, à nossa querida gente catarinense, quero aqui deixar registrado que estão em meu poder mais dois documentos do Ministério Público Federal dificultando, mais uma vez, a solução do Morro dos Cavalos.

Não pude falar hoje porque temos um acordo de que não seria dada a palavra aos deputados nem No horário destinado aos Partidos Políticos. Mas quero deixar registrado nesta Casa que recebi dois documentos que provam, mais uma vez, por trás dos panos, que alguém está dificultando o problema da BR-101, que seria a utilização do acostamento para a quarta pista.

É incrível que isso esteja acontecendo, mas vai acontecer. Lamentavelmente, no dia 29, será aberta a licitação do DNIT para a execução da obra, e pelo que eu sei, o Ministério Público vai, mais uma vez, arrumar uma encrenca para não acontecer isso.

Eu acredito, mais uma vez, que quem poderá morrer lá acidentalmente ou coisa que o valha, serão aqueles que estão dificultando aquela obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Reno Caramori.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KULHMANN - Sr. presidente, quero apenas agradecer a todos do Parlamento, a todos os servidores, a todos os companheiros e companheiras deputadas a companhia durante este ano e desejar a todos um feliz Natal, boas festas, que Deus ilumine a todos e que possamos aproveitar muito do Natal para refletir o valor da nossa família e dos amigos.

Durante este ano, sr. presidente, tive a oportunidade de conquistar vários amigos, mas também a admiração por alguns, e quero aqui parabenizá-lo pela condução dos trabalhos. Quero agradecer, de forma muito clara e objetiva, e dar-lhe os parabéns, pois v.exa. foi o maestro.

Espero que o seu Natal, assim como de todos os catarinenses, seja iluminado.

Para finalizar, quero dizer que este ano, dentre muitas coisas, aprendi uma, sr. presidente: que talvez este Parlamento seja pequeno para v.exa.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Jean Kuhlmann, muito obrigado pelo maestro. V.Exa. está exagerando na dose. Eu lhe agradeço muito pela parceria e pelo apoio. Isso aqui foi um grande aprendizado para mim.

Muito obrigado por nos lembrar que tínhamos um compromisso de combate à pirataria. E devo a v.exa. a aprovação daquela matéria, ontem. Muito obrigado pela parceria!

Desejo a v.exa. e aos seus familiares também um grande Natal!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, é claro que agradecer faz bem ao coração, e a nossa gratidão aos funcionários desta Casa e do meu gabinete, aqueles que nos acompanharam no nosso mandato.

Mas, em especial, sr. presidente, quero parabenizá-lo pela atuação neste ano à frente dos trabalhos desta Casa, sobretudo na parceria que tivemos na implantação da Comissão Permanente de Combate e Prevenção às Drogas, sendo que a sua determinação foi primordial, fazendo acontecer o programa Reviver no estado de Santa Catarina.

Parabéns pela sua visão e pela sua coragem de estar conosco nesta batalha!

Encerro, sr. presidente, desejando a todos um Natal feliz e um 2014 iluminado pelo Cristo que nasceu em Belém.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Ismael dos Santos, eu agradeço a v.exa. pela sua manifestação elogiosa e verdadeira. Passei a conviver mais proximamente de v.exa. neste ano e lhe agradeço pela oportunidade que deu para esta Casa, para o meu período na Presidência Conseguimos, graças ao seu trabalho na Presidência da comissão e ao envolvimento de todos os membros da comissão e desta Casa, junto com a decisão do governador Raimundo Colombo, implantar o programa Reviver. E ainda tive o privilégio de, no exercício do cargo de governador, poder liberar a primeira parcela.

Mas eu tive a oportunidade de conhecer mais de perto o trabalho de v.exa. Que Deus

continue lhe guiando, especialmente na sua ação de enfrentamento às drogas e ao crack.

Eu tive a oportunidade de conhecer de perto o seu trabalho e rogo a Deus que continue lhe abençoando para continuar produzindo o bem para tantos catarinenses que, infelizmente, às vezes não sabem a quem recorrer.

Eu vou continuar parceiro nessa caminhada. Muito obrigado pelo apoio e desejo um bom Natal a v.exa. e a sua família!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, na última sessão do ano, queremos cumprimentar v.exa., que é um dos meus líderes nesta Casa, pelo trabalho feito e pela produtividade que tivemos ao longo deste ano.

Este é o meu terceiro ano aqui no Parlamento e posso dizer que foi um ano muito rico em termos de trabalho, de aprendizado, mas também de conquistas para Santa Catarina. Votamos aqui matérias históricas, empréstimos e projetos que estão alavancando a infraestrutura do nosso estado.

Hoje pela manhã tivemos a oportunidade de votar a readequação do Código Ambiental Catarinense, historicamente um projeto debatido e que era uma das bandeiras também sua e de todos nós desta Casa.

Agora, com a votação do Orçamento cumprimos o nosso dever como parlamentares, e quero aqui cumprimentar v.exa. e todos os deputados da Casa, bem como os demais funcionários da Assembleia e do nosso gabinete, pela dedicação. É muito bom estar junto e viver um ano muito rico no Parlamento Catarinense.

Por isso, quero desejar a v.exa., aos familiares dos deputados e também dos funcionários da Casa um ótimo Natal e um Ano Novo de muitas conquistas a todos nós! Felicidades a todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer, pela manifestação também carinhosa de v.exa. e pelo apoio tanto na bancada quanto na Presidência desta Casa. E também no encaminhamento para uma das outras bandeiras que definimos: a questão do Código Ambiental, junto com o deputado Romildo Titon e com tantos que se envolveram nesse processo.

Quero agradecer pelo momento de consciência do dever cumprido com que saímos daqui ao resolver aquela pendência também.

V.Exa. se mostrou uma revelação neste Parlamento e eu o cumprimento, agradeço pelo apoio e desejo a v.exa. e aos seus familiares um grande Natal.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Em primeiro lugar gostaria de dizer que, com certeza, a bancada do PSDB unida no seu encaminhamento, na sua votação, está feliz com a sua gestão, em todos os sentidos, no avanço que nós tivemos na Casa, no que diz respeito a questões administrativas, questões políticas.

V.Exa. valorizou o Parlamento, e com a experiência que tem aqui na Casa com certeza vai ter um futuro político. Acho que v.exa., ainda, vai presidir uma sessão no ano que vem, vou aproveitar para saudá-lo desta forma.

E também estendo a todos os colegas deputados pelo conhecimento de um ano de trabalho, e nesse momento de Natal todos nós nos unimos junto aos nossos amigos, familiares, e claro que deixar também uma mensagem aos

servidores da Casa, em todas as áreas, que também estiveram sempre ao nosso lado, os servidores de gabinete, mas de forma muito respeitosa tratando a todos os deputados em igualdade para que nós possamos fazer o nosso trabalho.

Parabéns, um bom Natal a todos, especialmente a v.exa., sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Gilmar Knaesel, eu tenho o prazer de conviver com v.exa. nesta Casa há 15 anos. O meu primeiro voto para presidente foi de v.exa., que fez uma grande gestão. E que me ajudou muito a chegar aqui.

Foi protagonista, junto com a sua bancada, com a minha bancada, me apoiou muito neste ano. V.Exa. tem sido um bom conselheiro, um bom aliado, um querido amigo, e eu tive, na passagem pela Presidência, a oportunidade de inaugurar a nossa TV Assembleia em canal aberto, numa ação que foi iniciada por v.exa. e pelo nosso saudosos deputado Lício Mauro da Silveira, no ano 2000, quando v.exa. implantou, ousou, e criou a terceira TV Legislativa do Brasil, somente atrás de Minas Gerais e da Bahia. Fomos o terceiro estado, pelo seu pioneirismo, pela sua visão, e agora nós conseguimos colocá-la em canal aberto.

Foi também uma forma de homenagear a v.exa.

Muito obrigado pelo carinho, continue contando com a minha admiração e com a minha amizade.

Com a palavra, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, queria saudar a todos os servidores, a todo o público que nos acompanha, dizendo que me sinto com a consciência tranquila, pelo trabalho que nós fizemos, pelo empenho, o apoio que nós recebemos nesta Casa, dos srs. deputados, das sras. deputadas, dos servidores, e todo pessoal que trabalha, desde o bom dia, pois os deputados chegam em torno de oito da manhã e saem em torno de nove horas da noite, isso quando não tem alguma sessão especial.

Foi um ano de ganhos para Santa Catarina, nós que viemos, principalmente com a categoria policial na questão de buscar a carreira jurídica, buscar o subsídio, e buscar grandes avanços para a segurança pública e para a sociedade catarinense.

Além da representação das regiões dos municípios com os quais nós temos compromisso.

Então, gostaria de dizer que aprendemos muito e que foi um orgulho também estar na bancada, defender o governo Raimundo Colombo, que tem feito muito pelo estado de Santa Catarina, a forma serena, determinada como o governador conduz este estado.

Então, nesse momento, sr. presidente, agradecemos a v.exa., que admiro desde o tempo de vereador, o tempo da União dos Vereadores de Santa Catarina, essa história, que eu sei que ainda tem muito a fazer por Santa Catarina, e que estaremos juntos.

Desejo a todos os catarinenses um feliz Natal, um próspero 2014 e que Deus continue iluminando a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Desde 1997 tenho a oportunidade de conhecê-lo e conviver com v.exa. e quanto mais o tempo passa, mais lhe admiro como pessoa, como homem público, e agradeço pela parceria ao longo desse ano.

Desejo a v.exa. e aos seus um grande Natal, e um 2014 de vitórias para todos nós.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, meu líder, deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, quero saudar aqui o vereador Oziel Evaldo Silva, de Paulo Lopes, que nos visita neste Parlamento.

Mas quero parabenizar v.exa. e agradecer-lhe em meu nome e em nome da bancada do Partido Progressista por todos esses anos. Estamos aqui já concluindo o quarto mandato e para mim tem sido um aprendizado permanente e constante em exercer esta condição de deputado, juntamente com v.exa., que também é presidente do partido, e eu, também na condição de tesoureiro do partido.

Quero dizer que chegar à Presidência é fruto de muito trabalho, de muito relacionamento e muito comprometimento, acima de tudo, virtude esta que v.exa. tem e que o levou a exercer a condição de governador em exercício por nove dias, graças evidentemente, ao gesto do sr. governador Raimundo Colombo e do sr. vice-governador Eduardo Pinho Moreira, mas, acima de tudo, também foi o fruto de um grande trabalho, de uma correlação de amizade, de parceria que v.exa. tem com o Executivo e o Legislativo de Santa Catarina.

Por isso, é um momento de satisfação muito grande compartilhar com v.exa. a Presidência desta Casa. V.Exa. já detonou duas pontes, estadual e federal, mas vai conviver ainda 2014 juntamente conosco e vai buscar outros ares para ajudar Santa Catarina numa esfera maior.

Por isso, quero aproveitar o ensejo para desejar um feliz e santo Natal a todos, aos servidores desta Casa, aos secretários legislativos, às comissões temáticas, à nossa TVAL, à nossa Rádio AleSC Digital, às faxineiras, porque são tão importantes quanto o presidente da Casa pelo trabalho desenvolvido e pela parceria aqui desencadeada.

Que o ano de 2014 seja de muita paz, de muito amor, de muito trabalho, que dignifica o homem.

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, meu líder, deputado Valmir Comin. Obrigada pela parceria ao longo desses 15 anos de convivência, pela construção juntamente com os deputados Sílvio Dreveck, José Milton Scheffer e deputado Reno Caramori, desse sonho de chegar à Presidência, que teve o respaldo dos demais parlamentares.

V.Exa. ajudou muito nessa caminhada e tem sido um bom e querido amigo, bom parceiro, e a partir de 25 de janeiro será oficialmente meu compadre já que v.exa. e a Michele vão dar a mim e à Rose a alegria e a responsabilidade de sermos os padrinhos de batismo do Pedro.

Deputado Valmir Comin, uma das nossas três bandeiras foi v.exa. que nos motivou a empreender, a empunhar, e eu dizia ontem ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira, que esta Casa fez a sua parte na questão do estabelecimento da política catarinense no incentivo ao carvão mineral como fonte energética.

Se não conseguirmos vencer no leilão é porque o preço fixado, deputado Aldo Schneider, pelo governo federal ainda não é competitivo, mas as notícias já nos dão a perspectiva de que no leilão do primeiro trimestre do próximo ano, aí, sim, quem sabe, poderemos participar porque já se fala na elevação do valor do *megawatt*.

Então, deputado Valmir Comin, aprendi muito com v.exa.

Muito obrigado pela parceria, pela lealdade e pelo apoio, um grande Natal a v.exa. e aos seus familiares. Espero que ainda possamos nos encontrar.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Como diz o vivente lá do sul: está mal de compadre, o Amarante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero registrar que no ano passado nesta ocasião de encerramento do ano legislativo estávamos vivendo um momento agudo no estado de Santa Catarina com a greve dos servidores da Saúde. Encerramos o ano legislativo de 2012 com os trabalhadores da Saúde em greve e a greve só se resolveu três, quatro dias depois do encerramento do ano legislativo.

Estamos terminando, felizmente, este ano sem greve - e olha que este deputado apoiador de greve está se manifestando - no serviço público. Mesmo com todas as divergências que tivemos conseguimos fechar o ano negociando com essa categoria.

Quero parabenizar todos os servidores, as entidades sindicais, aos mais de cem mil servidores do estado, as lideranças e as autoridades que fizeram esse processo para que a gente conseguisse chegar ao final do ano legislativo sem conflitos de greve entre o serviço público e o governo do estado. Quero ressaltar, mais uma vez, a importância dos servidores públicos para a integralização e a possível harmonia da sociedade.

Por último, quero registrar que, como deputado, fui o único que não votou em v.exa. para presidente desta Casa, inclusive tendo concorrido. Quero dizer que v.exa. não discriminou este deputado que sozinho teve a ousadia de concorrer com v.exa. à presidente desta Casa. Quero parabenizar v.exa. pela postura republicana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Sargento Amauri Soares, eu convivo algum tempo com v.exa. e esse foi, de todos, o melhor ano de convivência e de respeito. Eu compreendi, e v.exa. sabe disso, a sua posição foi ideológica, para marcar posição, que teve o meu respeito, que teve a minha compreensão e se não fiz mais por v.exa. foi por conta das limitações.

Apenas para ilustrar, tivemos uma passagem interessante quando v.exa. brincou que os comunistas não comem só crianças, quando veio tratar, durante um coquetel, de uma parceria. Por isso, procurei sempre atendê-lo, porque o presidente não é apenas de quem o elegeu, é presidente da Casa e v.exa. é um parlamentar que tem, não apenas o meu respeito, mas o respeito de todos os demais integrantes. Obrigado por tudo, cresci e aprendi com v.exa. Desejo a v.exa. e aos seus um grande Natal e um excelente 2014.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Agora com a palavra o meu líder geral, meu companheiro do alto vale do Itajaí, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, funcionários deste Parlamento, gostaria, inicialmente, de agradecer de uma forma muito respeitosa a cada um. Quero aqui de forma respeitosa agradecer o trabalho de todos que juntamente conosco fizeram este Parlamento ser de referência em 2013.

Quero dizer que foi um prazer enorme estreitar aqui, pois encontrei verdadeiros amigos que me acolheram. Neste ano foi me dada a condição talvez mais importante, até o momento, de toda minha vida pública, que foi de ser líder do

governo Raimundo/Eduardo nesta Casa. Nós estamos concluindo o ano de 2013, na condição de líder do governo e v.exa. como presidente fez o balanço de que fizemos o melhor por Santa Catarina. Nós votamos aqui todo e qualquer tipo de projeto e quero agradecer o apoio de todas as bancadas. E isso tudo só foi possível, porque tínhamos o respaldo do nosso amigo presidente, pessoa com quem temos um conhecimento de muitos anos.

E para finalizar quero desejar a todo o servidor catarinense um santo Natal e um 2014 com muita saúde e paz. Quero dizer a todos que estamos fazendo a nossa missão.

Muito obrigado, sr. presidente. Parabéns pela condição da Casa até este momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Aldo Schneider, ouvia falar de v.exa., mas não tinha tido a oportunidade de conviver com o digno filho do alto vale do Itajaí. Foi uma grata satisfação conviver com v.exa. durante este ano. Recebi o seu apoio desde o primeiro momento e vejo muito parecidas as nossas histórias porque, o meu primeiro mandato foi em 1998 e já no ano 2000 fui guindado à condição de líder do governo Esperidião Amin, com um excelente resultado, como v.exa. conclui o seu trabalho neste ano de 2013.

Aprendi muito, v.exa. me ajudou muito nessa missão, não somente no encaminhamento para a nossa eleição, mas especialmente no resultado da gestão. Consegui acertar, mais do que errar, e tenho consciência disso, mas porque pude contar com a sua parceria e apoio. V.Exa. demonstrou isso muito mais quando, na minha curta passagem no exercício do cargo de governador, lá em Pouso Redondo, assim como o deputado Peninha, foram prestigiar aquele ato simbólico do governador em exercício ir visitar a sua terra. Sou muito agradecido e desejo um grande Natal para v.exa. e os seus e um 2014 vitorioso como v.exa. merece.

Srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio AleSC Digital, quero fazer o meu agradecimento a todos os integrantes desta Casa, a todos os deputados pelo apoio que recebi neste ano, desde o primeiro dia, com os votos que recebi para chegar à Presidência, depois com a torcida, com a crítica e o respaldo que me deram nesta caminhada.

Desculpem-me pelos excessos, pelas incompreensões, pelas falhas que tive também como ser humano. Tenho consciência de que dei o melhor para manter este Parlamento honrado.

Quero agradecer a todos os servidores da Casa, desde o diretor-geral e o chefe-de-gabinete da Presidência, até os demais diretores, gerentes, chefes, enfim, do servidor do maior posto ao mais humilde. Quero também me desculpar pelas frustrações que a nossa administração possa ter gerado por não atender as expectativas de cada um, mas sempre fizemos com a vontade de acertar e tratando, acima de tudo, com muito respeito cada um dos servidores.

Agradeço a parceria saudável que tivemos com a imprensa, aos catarinenses que aqui estiveram para criticar, sugerir e para que a Assembleia pudesse empreender o seu papel.

Agradeço a todos e a Deus, acima de tudo, pela saúde e serenidade para conduzir os trabalhos desta sessão. Desejo a todos um Natal santo, que Cristo possa renascer no coração de cada família para que em 2014 possamos encontrar emprego, renda, saúde e felicidade.

Esta Presidência, ao se desculpar pelos equívocos, deseja a todos um feliz Natal e, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para o dia 3 de fevereiro, às 15h.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9 HORAS DO DIA 18 DE MARÇO DE 2014.

Às nove horas do dia 18 de março do ano de dois mil e quatorze, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Aldo Schneider; Jean Kuhlmann; José Nei Ascari; Mauro de Nadal; Narcizo Parisotto; Neodi Saretta e Sílvio Dreveck. O dep. Marcos Vieira informou aos demais deputados a justificativa da ausência da dep. Ana Paula Lima na reunião. O **Deputado Narcizo Parisotto** relatou o Projeto de Lei nº 0530.0/2013 exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0387.0/2013 exarou parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0385.9/2013 exarou parecer contrário que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Neodi Saretta** relatou o Projeto de Lei nº 0039.5/2014 exarou parecer favorável à proposição que, posto em discussão foi cedido vista em gabinete ao Dep. Narcizo Parisotto; Ofício nº 171.4/2013 exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0317.8/2013 exarou parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; apresentou voto vista favorável ao Projeto de Lei nº 0259.4/2012 que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Sílvio Dreveck** relatou o Projeto de Lei nº 0039.5/2012 e exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0012.5/2014 exarou requerimento pela realização de diligência que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Aldo Schneider** relatou o Projeto de Lei nº 0046.4/2014 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0495.3/2011 exarou parecer pela rejeição, sugerindo que o Projeto de Lei fosse convertido em indicação ao Poder Executivo, posto em discussão foi cedido vista em gabinete ao Dep. Narcizo Parisotto. O **Deputado Mauro de Nadal** relatou o Projeto de Lei nº 0602.0/2013 exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0206.2/2013 exarou parecer pela rejeição que posto em discussão foi cedido vista em gabinete ao Dep. Narcizo Parisotto. O **Deputado Jean Kuhlmann** exarou o voto vista ao Projeto de Lei nº 0351.0/2012, apresentando voto favorável ao projeto original que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0335.0/2013 exarou parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0362.2/2013 exarou parecer contrário que, posto em discussão foi cedido vista em gabinete ao Dep. Narcizo Parisotto. O **Deputado José Nei Ascari** apresentou o voto vista ao Projeto de Lei nº 0226.6/2011 exarou parecer pelo apensamento ao Projeto de Lei nº 0194.4/2013 que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0038.4/2014 exarou parecer contrário que, posto em discussão e votação foi cedido vista em gabinete ao Dep. Neodi Saretta e Dep. Narcizo Parisotto; o Projeto de Lei nº 0446.5/2013 exarou parecer pelo apensamento ao Projeto de Lei nº 0222.2/2010 que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0026.0/2014 exarou parecer contrário mais transformando em indicação para o Governo do Estado que, posto em discussão e votação, foi aprovado com um voto contrário do Dep. Neodi Saretta; o Projeto de Lei de nº 0562.8/2013 exarou requerimento pela realização de diligência ao autor do projeto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar de nº 0001.8/2014 exarou requerimento pela realização de diligência que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0247.0/2013 exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global Anexa que, posto em discussão e votação, foi cedido vista em gabinete ao Dep. Neodi Saretta. Ao final o **Sr. Presidente** o **Deputado Marcos Vieira** exortou que o art.302 do Regimento Interno desta casa confere a Comissão de Constituição e Justiça a competência regimental para analisar os pressupostos formais e materiais do veto governamental, entretanto esta é uma matéria merecedora de um debate mais aprofundado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 18 de março de 2014.

Deputado Marcos Vieira

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013, ÀS 15 HORAS, NA SALA DE IMPRENSA.

Às quinze horas, do dia dezessete de dezembro do ano de dois mil e treze, reuniram-se, sob a Presidência da Deputada Luciane Carminatti, os Deputados: Antonio Aguiar, Jorge Teixeira e José Milton Scheffer. A Presidente agradeceu a

presença dos Deputados e colocou em votação Ata da 8ª Reunião Extraordinária da Comissão, de vinte de novembro de dois mil e treze, que foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento a Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputada Luciane Carminatti efetuou a leitura dos seguintes pareceres: **1. PL./0113.9/2013**, Altera o art. 1º da Lei nº 14.218, de 2007, que dispõe sobre a inclusão de informações e procedimentos nos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito com vítimas, para o recebimento de indenização, prevista em lei, paga pelo seguro obrigatório; **2. PL./0042.0/2013**, Dispõe sobre a obrigatoriedade do funcionário da Secretaria de Estado da Saúde, informar à Vara da Infância, da Juventude, e do Idoso, ocorrência que envolva a criança, adolescente ou idoso com indicio de maus tratos; **3. PL./0302.1/2012**, Dispõe sobre a inclusão no Teste de Guthrie (Teste do Pezinho) do grupo sanguíneo e fator RH do recém-nascido; **4. PL./0257.2/2013**, Dispõe sobre a implantação do selo Amigo do Idoso, destinado às entidades de atendimento ao idoso no Estado de Santa Catarina e adota outra; **5. PL./0013.6/2011** dispõe sobre garantia aos professores o direito ao pagamento de meia-entrada em eventos de natureza cu DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Itural; **6. PLC/0025.5/2011**, Altera a Lei Complementar nº 422, de 2008, que institui o Programa de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências; **7. PL./0079.2/2011**, Dispõe sobre o livro técnico e o livro didático de nível fundamental, médio e superior de ensino, em formato de texto digital acessível para as pessoas como deficiência visual, e adota outras providências; **8. PL/0315.6/2010**, que assegura aos deficientes físicos a prioridade de vaga em escola pública de sua residência; **9. PL./0095.2/2010**, Dispõe sobre o prazo de postagem dos boletos bancários, documentos de cobrança ou similares, por parte das empresas do setor público e privado, para clientes residentes no Estado de Santa Catarina; **10. PL./0337.1/2012**, dispõe sobre a apresentação previa do Selo GNV no abastecimento de Gás Natural Veicular pelos postos de abastecimento de combustível; **11. OF./0527.12013**, Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Assistência Social e Cultural Boa Semente, de São José. Referente ao ano de 2012; **12. OF./0327.6/2013**, Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Grupo de Senhoras Esperança e Amor, de Florianópolis. Referente ao ano de 2012; **13. OF./0608.1/2013**, Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Comunidade Cristã do Templo de Jurerê Internacional, de Florianópolis. Referente ao ano de 2012; **14. OF./0707.3/2013**, Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro de Convivência Pommern Heim, de Pomerode. Referente ao ano de 2012. Todos aprovados por unanimidade. O **Deputado Antonio Aguiar pediu vista dos seguintes processos:** **1. PL./0233.5/2013**, Dispõe sobre a prioridade de vagas nas escolas para crianças e adolescentes cujas mães foram vítimas de violência doméstica, no Estado de Santa Catarina; **2. PL./0241.5/2013**, Dispõe sobre a destinação de espaço físico para a exposição e comercialização de produtos da economia solidária nos eventos públicos que menciona; **3. PL./0367.7/2012**, Determina a afixação de informações de telefones de utilidade pública em locais públicos e salas de aula da rede pública e privada no Estado de Santa Catarina. **Como Deliberações foram aprovadas:** **1. Moção de Apoio** para garantir os direitos do idoso, a extensão da possibilidade de patrocínios e doações diretamente às instituições de longa permanência - ILPIs e demais instituições que cuidam de idosos previamente aprovadas pelo ministério do desenvolvimento social, bem como a dedução destas doações no imposto sobre a renda; **2. O teor da Moção nº 584/2013**, de autoria do Vereador Adilson Mariano, que "repudia a decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que suspende o feriado da Consciência Negra no dia 20 de novembro no município de Joinville, aprovado e promulgado pela Lei Municipal nº 7.536/2013; **3. Realização de Audiência Pública** sobre a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho; **4. Solicitação de realização de uma Audiência Pública** na ALESC, através do gabinete da Deputada Dirce Heiderscheidt, com o tema "ADOÇÃO LEGAL NO BRASIL". Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Ricardo Almeida, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Deputada Luciane Carminatti

Presidente da Comissão de Direitos Humanos

*** X X X ***

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

Às dezesseis horas e cinquenta minutos, do dia vinte e seis do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se na sala de Imprensa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, as Senhoras Deputadas, Luciane Carminatti, Dirce Heiderscheidt, Angela Albino, e os Senhores Deputados Antônio Aguiar, Ciro Roza e José Milton Scheffer, para instalação e eleição do(a) Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, conforme determina o Art.123, §1º, do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos pelo Deputado Antônio Aguiar. Dando prosseguimento o Senhor Deputado Antônio Aguiar abriu inscrição para o cargo de Presidente e Vice-Presidente, inscritos a Senhora Deputada Luciane Carminatti - cargo de Presidente e a Senhora Angela Albino - Vice-Presidente; iniciado o processo de votação, foram eleitas por unanimidade. A posse deu-se logo após a eleição. Dando prosseguimento às atividades, a Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputada Luciane Carminatti,

apresentou o requerimento de solicitação de **Audiência Pública** sobre a temática "**Ocupação Amarelo de Souza**", no município de Florianópolis, que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença dos deputados e considerou encerrada a presente reunião, da qual eu, Ricardo Almeida, Chefe de Secretaria da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e demais Membros e posteriormente, encaminhada para publicação no Diário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Sala de Imprensa, 26 de fevereiro de 2014.

Deputada Luciane Carminatti - Presidente

Deputada Angela Albino - Vice-Presidente

Deputado Gilmar Knaesel

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Ciro Roza

Deputado Antônio Aguiar

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA DE 19 DE MARÇO DE 2014, ÀS DEZESSEIS HORAS, NA SALA DE IMPRENSA.

Às dezesseis horas, do dia dezoito de março do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se, sob a Presidência da **Deputada Luciane Carminatti**, os Deputados: **Antonio Aguiar, Dirce Heiderscheidt, Angela Albino, e José Milton Scheffer**. A Presidente agradeceu a presença dos Deputados. Dando prosseguimento a Presidente apresentou o requerimento de solicitação de **Audiência Pública** sobre a temática "**Implantação e Estruturação da Defensoria Pública de Santa Catarina**", no município de Florianópolis, que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Ricardo Almeida, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Luciane Carminatti

Presidente da Comissão de Direitos Humanos

*** X X X ***

ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às dezessete horas do dia 18 de março do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões Técnicas os Senhores Deputados: Adilior Guglielmi, Moacir Sopelsa, Dirceu Dresch, Mauricio Eskudlark, Edson Andrino e Reno Caramori, para instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Reno Caramori o qual, em obediência ao Regimento Interno, solicitou aos membros candidatas que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foi apresentada uma chapa com os nomes dos Senhores Deputados Dirceu Dresch para eleição a Presidente e Adilior Guglielmi a Vice-Presidente. Prosseguiu-se a chamada nominal e exerceu o direito de voto todos os membros presentes, tendo sido eleito o Senhor Deputado Dirceu Dresch para o cargo de Presidente e Adilior Guglielmi a Vice-Presidente. A posse deu-se em seguida a eleição. Na reunião, foram debatidos temas relativos às licenças para a pesca de tainha e ao prejuízo dos maricultores de Santo Antônio de Lisboa na próxima semana para buscar soluções. As questões ligadas à pesca submarina e que colocam em risco espécies como a garoupa, e a implantação de pescados em hidrelétricas também foram discutidas nesta reunião da comissão. Após a discussão, o Presidente fez leitura do parecer favorável do relator Deputado Moacir Sopelsa ao PL 0065.7/2011, de autoria do Deputado Darci de Matos que, denomina Luiz Carlos Perin o Centro Integrado de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca - CIDAP, no Município de Joinville. Foi aprovado por unanimidade. Dando sequência fez leitura do parecer favorável do relator Deputado Edson Andrino ao Of.0450.1/2013, que encaminha a documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Colônia de Pescadores Z-28, de São José, referente ao exercício de 2012. Foi aprovado por unanimidade. Leitura do seu parecer pela nova diligência ao Of.0025.6/2011, que encaminha relatório de atividade da Associação de Aquicultores do Meio Oeste Catarinense - AQUIMOC, de Joaçaba, referente aos exercícios de 2009 e 2010. Foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Valdira de Carvalho Bernardes assistente de Secretaria lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais membros. Florianópolis, 18 de março de dois mil e quatorze.

Deputado Dirceu Dresch - Presidente

Deputado Adilior Guglielmi (Dóia) - Vice-Presidente

Deputado Maurício Eskudlark

Deputado Edson Andrino

Deputado Reno Caramori

Deputado Moacir Sopelsa

Deputado Sargento Amauri Soares

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 018/14

Ofício Nº 03/14 Itá, SC, 18 de Março de 2014
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Itá, referente ao exercício de 2013.

Adelton Luiz Mocelin
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/03/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 019/14

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Academia de Letras de Palhoça (ALP), de Palhoça, referente ao exercício de 2013.

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/03/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 020/14

Ofício Nº 035/2014 Timbó, 18 de Março de 2014
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, referente ao exercício de 2013.

Rogério Medeiros Sperb
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/03/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 021/14

Ofício nº 022/2014 Irineópolis, 14 de fevereiro de 2014.
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Irineópolis, referente ao exercício de 2013.

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/03/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 022/14

Ofício nº 020/2014 - 1º GBM Papanduva, 11 de março de 2014.
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade do Corpo de Bombeiros Voluntários Papanduva, de Papanduva, referente ao exercício de 2013.

Lourival Mattos da Costa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/03/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 023/14

Ofício nº 14/2014 Pomorede, 17 de março de 2014.
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Corpo de Bombeiros Voluntários de Pomerode, referente ao exercício de 2013.

Salézio José Martins
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/03/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 024/14

Ofício nº 008/2014 Anita Garibaldi, 21 de março de 2014.
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Frei Rogério, de Anita Garibaldi, referente ao exercício de 2013.

Aniceto Adelino Dutra
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/03/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 025/14

Ofício nº 011/2014 Timbé do Sul, 21 de março de 2014.
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Timbé do Sul, referente ao exercício de 2013.

Joselia Scot Pezente
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/03/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 026/14

Ofício C.Ca. Nº 024/2014 Florianópolis, 14 de março de 2014
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Casa da Criança do Morro da Penitenciária, de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.
Gilson Rogério Moraes
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 027/14

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Família Feliz, de Içara, referente ao exercício de 2013.
Daniel Fernandes
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/14

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 065.7/14**

Dispõe Sobre a Criação do Programa "Inclusão Profissional Pós-Abriço" no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - Dispõe sobre a criação do Programa "Inclusão Profissional Pós-Abriço" no âmbito do Estado de Santa Catarina, para capacitação profissional dos adolescentes na saída obrigatória das instituições.

Art. 2º - O programa terá uma estrutura de atendimento, através de palestras e atividades, que possam direcionar ao mercado de trabalho e/ou na formação técnica e/ou acadêmica os adolescentes entre 14 e 18 anos.

Art. 3º - As atividades do programa serão desenvolvidas dentro das seguintes premissas:

I - devem estar de acordo com a necessidade no que diz respeito à saída de um abrigo e o início de uma vida profissional.

II - fortalecer a estrutura de defesa e resguardo dos direitos do adolescente, além da valorização da autoestima individual.

III - incentivar a participação em iniciativas públicas ou privadas com relação a estágio ou capacitação profissional especializada.

Art. 4º - O Poder Executivo poderá estabelecer convênios ou parcerias com instituições que apresentem uma filosofia de trabalho em concordância com o objetivo deste programa.

Art. 5º - A aplicação do programa ficará a cargo de funcionário(s) capacitado(s) designado(s) pela direção do abrigo e sua fiscalização será de competência do Conselho Tutelar da região.

Art. 6º - As despesas resultantes da execução deste programa correrão à conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e vinte dias, contados da data de sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Valmir Comin

Lido no Expediente
Sessão de 25/03/14

JUSTIFICATIVA

Um dos maiores desafios que a sociedade enfrenta é o preparar e estruturar, em todos os aspectos, crianças e adolescentes que deixam os abrigos. Trata-se de uma tarefa que exige muito dos educadores e responsáveis da área social: além de formar e dotar as crianças e adolescentes das informações que vão torná-los cidadãos e cidadãs, é fundamental que possam desenvolver-se plenamente sob os aspectos emocional e psicológico, sem o quê, não serão nunca pessoas na sua integralidade. Vale lembrar que muitas (senão a maioria) das crianças e adolescentes ora em abrigo provêm de famílias desestruturadas, o que faz com que esse trabalho de inserção social implique em verdadeira tarefa de superação.

A proposta em tela busca essa finalidade, indicando ações efetivas e, ao mesmo, pretende juntar-se a outras iniciativas que foram ou estão sendo adotadas por diversas instituições. Como por exemplo, o Projeto Novos Caminhos, criado de forma conjunta pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) e Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), que busca a capacitação profissional dos jovens que, ao completarem 18 anos, deixam as casas de acolhimento.

Pelo Projeto, são oferecidos cursos destinados a abrir as portas ao mundo do trabalho, conforme observa a direção da Fiesc. Esclarece ainda que o Projeto integra, por sua vez, o Movimento "A Indústria pela Educação", lançado em 2012, para estimular o setor

industrial e promover o acesso ao ensino com a ampliação da ofertas de serviços educacionais.

Conforme estimativa da AMC, nos próximos anos, cerca de 600 jovens, ao atingirem a maioridade, deixarão os abrigos no Estado. Sairão por força de lei, seja qual for a sua condição emocional, financeira ou psicológica. Sem o devido planejamento, os egressos de abrigos ficam à mercê de situações de risco, incertas, que poderão comprometer suas vidas, com conseqüências danosas também para o conjunto da sociedade.

Desta forma, busca esta proposição proporcionar esse planejamento, agregando ações às iniciativas já adotadas, visando o bem-estar das crianças e adolescentes naquelas condições.

Por estas e outras razões, submeto aos Senhores Deputados e Deputadas o presente Projeto.

Deputado Valmir Comin

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 066.8/2014

Institui a semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituída no calendário oficial do Estado de Santa Catarina a semana de conscientização sobre acidentes domésticos com crianças, evento que terá caráter permanente e edições a cada ano, a ser realizada na semana do dia 12 de outubro.

§ Único. A programação da semana compreenderá palestras com especialistas e atividades voltadas para a propagação dos cuidados que devem ser tomados na prevenção de acidentes domésticos, especialmente com crianças.

Art. 2º São objetivos da semana de conscientização sobre acidentes domésticos com crianças:

I - estimular cuidado no que se refere ao uso de medicamentos, ressaltando - se a necessidade de prescrição médica;

II - cuidado ao guardar medicamentos e demais substâncias químicas, que possam oferecer riscos à saúde;

III - cuidados em relação ao contato com equipamentos elétricos, principalmente com tomadas de energia que ficam ao alcance das crianças;

IV - cuidados com a locomoção de crianças em apartamentos, recomendado o uso de redes de proteção na sacada e janelas;

V - cuidados a serem observados na utilização de elevadores e piscinas;

VI - cuidado em contato com animais de estimação;

VII - cuidados com a circulação de crianças na cozinha durante a preparação de alimentos;

VIII - noções de primeiros socorros para casos de ingestão indevida de alimentos ou remédios que coloquem em risco a vida da criança.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Narcizo Parisotto

Lido no Expediente
Sessão de 25/03/14

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como escopo a prevenção de acidentes domésticos, especialmente com crianças, que muitas vezes levam a óbito ou causam graves lesões, algumas irreversíveis. O elevado número de acidentes domésticos envolvendo crianças levou a Sociedade Brasileira de Pediatria a criar, em 1966, o Comitê de Prevenção de acidentes na Infância. Foi em 1990 que o problema a ser tratado no âmbito legal, com a adesão no Brasil à Convenção Internacional sobre Os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU).

A convenção sobre os direitos da criança, da ONU, aprovada pelo congresso Nacional, estabelece que o Estado deve "assegurar que todos os setores da sociedade, e em especial os pais e as crianças, conheçam os princípios básicos de saúde e nutrição das crianças, as vantagens da amamentação, da higiene e do saneamento ambiental e das medidas de prevenção de acidentes, e tenham acesso à educação pertinente e recebam apoio para aplicação desses conhecimentos".

As quedas, queimaduras e ingestão de produtos tóxicos estão entre os acidentes domésticos mais comuns envolvendo crianças. Estudos mostram que as crianças não tem um completo domínio de noções como distância, velocidade, espaço e tempo, ao mesmo tempo em que sentem necessidades de descobrir o mundo ao seu redor e gastar toda sua energia. Isso predispõe a criança a acidentes, sobretudo, quedas, o que exige cuidados preventivos por parte dos adultos para tentar evitar tais ocorrência, que, em muitos casos, podem provocar traumatismos, gerando internações hospitalares e até mesmo óbitos.

Diante do exposto, percebe - se a necessidade urgente de desencadear ações preventivas dos acidentes domésticos, sobretudo aqueles que envolvem crianças, sem descuidar de outras faixas etárias, notadamente os idosos, que também estão sujeitos a quedas no ambiente domésticos.

Dessa maneira, esperamos colaborar para que a incidência de tais situações diminua. Na prática, o que preconizamos é que os pais sejam orientados sobre o que fazem em situações de emergência, mas principalmente, que tomem medidas preventivas para evitar os acidentes domésticos. É evidente que a eficácia de tais providências poderá salvar muitas vidas.

Deputado Narcizo Parisotto

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 067.9/2014

Dispõe sobre o consumo de produtos sazonais.

Art. 1º Fica o Estado de Santa Catarina, mediante tratamento tributário diferenciado concedido pela Secretaria de Estado da Fazenda, autorizado a conceder subsídio financeiro aos contribuintes estabelecidos neste estado que produzirem ou comercializarem mercadorias, sujeitas ao pagamento do ICMS por Substituição Tributária, cujo consumo tenha característica de sazonalidade e se concentre em determinadas datas ou épocas do ano, observadas as diretrizes estabelecidas por esta lei.

§ 1º É considerado produto sazonal àquele cuja comercialização ou aquisição se concentre no trimestre anterior a data ou época de seu consumo em larga escala.

§ 2º A concentração de produção ou aquisição não poderá ser inferior a 70% (setenta por cento) do valor e volume das aquisições efetuadas no exercício anterior.

Art. 2º O subsídio financeiro de que trata este artigo destinar-se-á, observados os termos e condições previstos em regulamento, exclusivamente, ao custeio dos valores correspondentes aos juros remuneratórios de operações de crédito realizadas para financiar o pagamento do ICMS por Substituição Tributária devido por contribuintes substitutos relativos aos produtos de consumo sazonal.

Parágrafo único. Os recursos subsidiados pelo Estado, na forma estabelecida por esta Lei, não poderão ser utilizados para o pagamento de:

I - multas e os juros de mora devidos ao agente financeiro por atraso no cumprimento das obrigações contratuais pelos beneficiários;

II - subsídios financeiros de operações de crédito:

a) inadimplidas ou em inadimplemento;

b) renegociadas ou refinanciada, bem como as que a estas sucederem;

c) que prevejam a incidência de tarifa de abertura de crédito - TAC, tarifa de cobrança, boletos ou quaisquer outras taxas ou tarifas.

Art. 3º A operacionalização do subsídio a que se refere o artigo 1º desta Lei será efetuada exclusivamente pela Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A. - BADESC

§ 1º Para o custeio do subsídio fica o BADESC autorizado a reter os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio, até o limite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões) por ano.

§ 2º Se o montante dos juros referidos no parágrafo anterior não comportar o montante dos subsídios concedidos, fica o Poder Executivo autorizado a repassar os recursos necessários à sua complementação, observados o limite estabelecido.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar as adequações no Plano Plurianual e abrir crédito, suplementar ou especial, nos orçamentos anuais, com vista ao atendimento do disposto no parágrafo anterior.

§ 4º O BADESC encaminhará à Secretaria de Estado da Fazenda, semestralmente, demonstrativo detalhado dos financiamentos concedidos com base nesta Lei.

Art. 4º O benefício previsto nesta Lei não poderá ser concedido ao contribuinte em débito com a Fazenda Estadual, exceto se com a exigibilidade suspensa.

Art. 5º Ato do Chefe do Poder Executivo definirá a operacionalização, quais produtos ou mercadorias, épocas do ano e as datas comemorativas que serão contempladas com o subsídio instituído por esta Lei

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em

Deputado Renato Hinnig

Lido no Expediente

Sessão de 25/03/14

Justificativa

Os setores industriais, atacadistas e comerciais de Santa Catarina sempre manifestaram preocupação quanto ao ICMS gerado na comercialização de produtos sazonais. Nesses produtos o prazo efetivo de venda e recebimentos das operações fica muito distante daquele que a empresa tem para recolher o ICMS apurado nas operações.

Com o crescimento do número de produtos incluídos no regime de Substituição Tributária - ST, que tem a sua retenção na fonte realizada prioritariamente pelas indústrias e pelos atacados, as preocupações ficaram ainda maiores, pois a diferença entre os prazos cresceram ainda mais.

O Estado inclusive já reconhece as dificuldades em casos análogos e concede prazo adicional, através do parcelamento, do ICMS apurado nas vendas de natal dos varejistas. Entretanto faz-se necessário estabelecer medidas que melhorem a disponibilidade de capital de giro das empresas.

Com esta finalidade apresento este Projeto de Lei, que objetiva permitir ao Estado de Santa Catarina subsidiar, através do BADESC, os encargos financeiros provocados pelo pagamento antecipado do ICMS - ST originados da comercialização de operações sujeitas a sazonalidade.

Isso fortalecerá ainda mais as empresas, que sejam contribuintes tributários e se situem em Santa Catarina.

Acerca da constitucionalidade do projeto, ressalta o recente julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo nº 743.480 Minas Gerais, Relator Ministro Gilmar Mendes, onde o STF decidiu que não há reserva de iniciativa para leis sobre tributos.

O ministro relator disse que não há reserva de iniciativa para leis de natureza tributária, incluindo legislação que versa sobre renúncia fiscal. As leis sobre matéria tributária enquadram-se na regra de iniciativa geral, o que autoriza qualquer parlamentar a apresentar projeto sobre instituição, modificação ou revogação de tributo.

Pelo exposto, encaminho anexo Projeto de Lei a fim de dispor sobre a matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 068.0/2014

Denomina Nair Scaburi Ranghetti o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Maria Konder Bornhausen, no Município de Massaranduba.

Art. 1º Fica denominado Nair Scaburi Ranghetti o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Maria Konder Bornhausen, no Município de Massaranduba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

JUSTIFICATIVA

Nair Scaburi Ranghetti nasceu no dia 17 de setembro de 1957 no Município de Massaranduba, é filha de Paulo Scaburi e Ilda Betoni Scaburi. Casou-se com Valdir Ranghetti, com quem teve dois filhos.

Passou sua infância nesta localidade onde iniciou seus estudos na Escola Lauro Carneiro de Loyola e, quando da decisão da carreira a seguir, decidiu pelo magistério. Enquanto estudava para sua formação, trabalhou como enfermeira no Hospital da Cidade de Guarimir, o que lhe atribuiu aptidão para aplicar injeções e medir pressão arterial, o que fazia com muito carinho e amor para as pessoas de sua comunidade.

Iniciou sua carreira como professora em 1977, estando em sala de aula até o ano de 1994. Foi Diretora da E.E.B. Maria Konder Bornhausen entre os anos de 1995 e 1999, voltando para as salas de aula entre os anos de 2000 a 2002. Encerrou sua carreira no magistério trabalhando na E.E.F. Almirante Tamandaré e aposentou-se no de 2009.

Além de exercer a profissão de professora, dedicou-se à comunidade por muitos anos como catequista. Concorreu também ao cargo de vereadora no qual esteve como suplente por três meses, quando encaminhou muitos projetos para a melhoria de qualidade de vida da comunidade.

Nair Scaburi Ranghetti foi uma professora competente, educadora consciente, colega afável, amiga leal, filha dedicada, tia carinhosa, irmã solidária, esposa compreensiva e mãe educadora. Generosidade seria a palavra mais adequada para qualificá-la.

Assim, por entender que a Senhora Nair Scaburi Ranghetti foi uma personalidade em evidência, que se dedicou sempre à qualidade da educação de seu Município e do Estado, proponho o presente Projeto de Lei, como forma de prestar esta justa homenagem do Parlamento Catarinense, denominando "Nair Scaburi Ranghetti" o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Maria Konder Bornhausen, no Município de Massaranduba.

Deputado Darci de Matos

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 069.0/14

Cria o Programa Saúde Itinerante, no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Art. 1º Fica criado o Programa Saúde Itinerante, no Estado de Santa Catarina, a ser executado e coordenado pela Secretaria de Estado da Saúde, por meio de atendimentos itinerantes de saúde, os quais consistirão em ações coletivas e integradas de saúde, desenvolvidas em localidades carentes de especialidades médicas, recursos laboratoriais e ambulatoriais, de forma a atender com a máxima amplitude a população do município, distrito ou região do Estado de Santa Catarina.

§ 1º Os atendimentos itinerantes de saúde serão organizados para atender demandas represadas por ausência de estruturas locais próprias para o atendimento e orientação médica no campo do diagnóstico, controle, orientação, tratamento e prevenção de doenças.

§ 2º A critério da Secretaria de Estado da Saúde os atendimentos itinerantes de saúde poderão abranger procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos de baixa complexidade por ela definidos.

Art. 2º Os atendimentos itinerantes de saúde, além de exames clínicos, laboratoriais e procedimentos ambulatoriais, compreenderão, ainda, a orientação à população quanto a procedimentos e cuidados relativos às especialidades e objetivos de cada um deles, inclusive com material didático impresso, podendo, ainda, abranger a difusão de informações e orientação quanto a cuidados preventivos relativos à saúde da mulher, do homem, da criança e do adolescente.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Saúde promoverá a divulgação do dia, local, horário e especialidades dos atendimentos itinerantes de saúde que serão realizados nas respectivas comunidades.

Art. 4º Para a realização dos atendimentos itinerantes de saúde a Secretaria de Estado da Saúde agirá com a cooperação dos órgãos municipais e federais que atuam no município, distrito ou região a ser atendida.

Art. 5º Os serviços a serem prestados pelos atendimentos itinerantes de saúde abrangem o transporte da população de áreas rurais para os locais de atendimento e de um município para outro, quando assim demandar.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente
Sessão de 25/03/14

JUSTIFICATIVA

Programas de Saúde Itinerante são uma realidade em diversos Municípios de vários Estados brasileiros.

Essa experiência exitosa, que leva atendimento médico, em várias especialidades, e procedimentos laboratoriais às comunidades do interior, prioriza o atendimento preventivo e, em caso de diagnóstico de doença grave, o paciente é encaminhado para uma unidade de referência para o devido tratamento.

Os Municípios que adotaram esse modelo, como é o caso de São José do Rio Preto - SP, levam a estrutura de uma Unidade de Saúde a locais distantes, por meio de uma Unidade Móvel de Saúde e uma equipe multidisciplinar composta por médicos, enfermeiros, dentistas, auxiliares de saúde bucal, supervisor, agentes de saúde, técnicos de enfermagem, além de auxiliares administrativos, que visitam periodicamente regiões pré-definidas. A equipe presta atendimento médico e de enfermagem, efetua o cadastro de pacientes, realiza exames preventivos, como o de câncer de mama e útero, atualiza o calendário vacinal, além de ofertar teste sorológico para HIV, sífilis e hepatite. Além do atendimento médico, toda a população que ainda não tem cadastro nas Unidades de Saúde de Referência é inscrita.

Sabemos que diversos Municípios catarinenses ainda não foram contemplados com a estrutura adequada para que a população tenha acesso ao atendimento de saúde especializado e que as demandas encontram-se represadas em quase todas as regiões do Estado.

Promover uma ação governamental dessa natureza é importante para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos catarinenses carentes de uma assistência à saúde, nos termos preconizados pelo art. 196, da Constituição Federal.

Deputado Neodi Saretta

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 070.4/14

Dispõe sobre a instituição do Dia Estadual do Engenheiro de Petróleo.

Art. 1º É instituído o dia estadual do Engenheiro de Petróleo, a ser promovido no dia 29 de junho.

Art. 2º Na data prevista no artigo anterior, os estudantes e profissionais da área de Engenharia de Petróleo poderão realizar fóruns, seminários e outros eventos acadêmicos e de fomento a união da categoria, com o apoio do CREA e da UDESC.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Dado Cherm

Lido no Expediente
Sessão de 25/03/14

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende instituir o Dia Estadual do Engenheiro de Petróleo, a ser comemorado no dia 29 de junho. Nesta data os estudantes e profissionais da área de Engenharia de Petróleo poderão realizar fóruns, seminários e outros eventos acadêmicos e de fomento a união da categoria, com o apoio do CREA e da UDESC.

Em nosso país, a profissão é reconhecida pelo CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, por meio da Resolução n. 218, de 29 de junho de 1973. Referida resolução estabelece que o engenheiro de petróleo está habilitado a desempenhar todas as 18 atividades estabelecidas para o exercício profissional da engenharia, "referentes a dimensionamento, avaliação e exploração de jazidas petrolíferas, transportes e industrialização do petróleo; seus serviços afins e correlatos"

Até a criação do primeiro curso de Engenharia de Petróleo, na Universidade Estadual do Norte Fluminense(UENF), em 1994, havia somente cursos em nível de mestrado e doutorado, oferecidos pela Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP, o Departamento de Engenharia de Petróleo da Faculdade de engenharia Mecânica FEM/DEP, resultado do convênio de cooperação científica firmado entre UNICAMP e Petrobrás, ocorrido devido a necessidade de formação de profissionais especializados nas áreas de exploração e produção de óleo e gás, atendendo à demanda nacional e internacional de recursos humanos na indústria do petróleo.

Em 1987 foi criado o CEPETRO (Centro de Estudos de Petróleo) e com o apoio da Petrobrás foram criados no mesmo ano o Departamento de Engenharia de Petróleo e o Curso de Mestrado em Engenharia de Petróleo, ambos na Faculdade de Engenharia Mecânica da UNICAMP. Em 1990, criou-se o Programa de Mestrado em Geoengenharia de Reservatórios de Petróleo no Instituto de Geociências. Em 1993, implantou-se um programa de Doutorado em Engenharia de Petróleo. Atualmente, o CEPETRO apoia cursos e projetos na área de Ciências e Engenharia de Petróleo, contemplando as áreas de Exploração Petrolífera e Geoengenharia de Reservatórios Petrolíferos, atendendo às atividades de Geologia, Engenharia de Reservatórios, Perfuração e Contemplação de Poços, Produção Petrolífera e Gestão de Recursos Petrolíferos e Processamento Sísmico.

Atualmente os cursos oferecidos pela UNICAMP, com o apoio do CEPETRO, são o Mestrado e Doutorado em Ciências e Engenharia de Petróleo, os Cursos de Extensão de Engenharia do Gás Natural e Regulação no Setor de Petróleo, disciplinas de ênfase em Engenharia de Petróleo na Graduação da Faculdade de Engenharia Mecânica e Graduação em Geologia no Instituto de Geociências.

A Universidade de São Paulo, em 2002, criou o primeiro curso de graduação na área de Engenharia de Petróleo. Dois anos após, no Rio de Janeiro, foi criada a turma em Engenharia de Petróleo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e em 2005 nova turma foi criada na Universidade Federal da Bahia. No final do ano de 2005 foi criado o curso de Engenharia de Petróleo na Universidade Federal do Espírito Santo e em 2008 na Universidade Luterana do Brasil, que instituiu o curso de Engenharia de Petróleo no município de Canoas/RS, sendo pioneiro na Região Sul do Brasil, visando promover a formação de Recursos Humanos qualificados com conhecimentos e habilidades para atuar nas etapas da cadeia produtiva de petróleo e gás natural, atuando em ampla frente de tarefas e situações (produção, transporte, processamento, distribuição e utilização dos produtos), levando em conta aspectos econômicos, sociais e ambientais e contribuindo para o Desenvolvimento Tecnológico do País.

Em 2008, a Universidade Santa Cecília - em Santos oferece seu primeiro vestibular na área de Engenharia de Petróleo.

Em Dezembro de 2010 a Universidade do Estado de Santa Catarina, por meio do Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí, sediado em Balneário Camboriú, acatando decisão estratégica do Conselho Universitário (CONSUNI), implantou o curso de graduação em Engenharia de Petróleo. É o segundo curso da área no Sul do Brasil, cujo início das aulas da primeira turma se deu em Agosto de 2011.

Tendo em vista a importância/relevância do curso de Engenharia de Petróleo e, especialmente, por ser uma profissão recente que não contempla nenhuma data alusiva para fazer lembrar e enaltecer o profissional, contamos com o apoio dos nobres parlamentares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei, que visa instituir o "Dia Estadual do Engenheiro de Petróleo".

Sala das Sessões,
Deputado Dado Cherm

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 071.5/2014

Institui Programa Estadual de Estímulo a Contratação de Egressos do Sistema Prisional - PECESP, assim considerado o liberado definitivo e o liberado condicional, durante o período de prova.

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Estímulo a Contratação de Egressos do Sistema Prisional - PECESP, assim consi-

derado o liberado definitivo e o liberado condicional, durante o período de prova, de livre adesão pelos contribuintes estaduais.

Art. 2º O contribuinte que aderir ao PECESP poderá apropriar crédito presumido de ICMS em valor equivalente aos encargos sociais incorridos sobre a folha de pagamento de salários dos seus empregados egressos do sistema prisional, a título de Contribuição Previdenciária Patronal e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

§ 1º O valor do crédito presumido fica limitado ao valor do imposto a recolher no respectivo mês de competência.

§ 2º O disposto neste artigo se aplica exclusivamente às despesas com mão de obra contratada diretamente, mediante contrato de trabalho celebrado com a pessoa egressa do sistema prisional.

Art. 3º O benefício estabelecido no artigo 2º desta Lei atenderá aos seguintes limites:

I - para fins de usufruto do benefício o número de contratados fica limitado a 10% (dez por cento) do quadro geral de empregados da empresa.

II - quando a empresa tiver menos de 10 (dez) empregados, poderá contratar 01 (um) egresso.

III - em relação aos valores dos encargos sociais, a empresa obedecerá os seguintes percentuais:

- a) 100% (cem por cento) no 1º (primeiro) ano de contrato;
- b) 90% (noventa por cento) no 2º (segundo) ano de contrato;
- c) 70% (setenta por cento) no 3º (terceiro) ano de contrato;
- d) 40% (quarenta por cento) no 4º (quarto) ano de contrato; e
- e) 20% (vinte por cento) no 5º (quinto) ano de contrato.

IV - se a remuneração de algum egresso contratado for superior à média salarial dos empregados da empresa, a base de cálculo do benefício daquele se limitará àquela média.

Parágrafo único. A relação percentual entre os encargos sociais e o tempo de duração dos contratos estabelecidas no inciso III deste artigo também se aplica ao egresso em relação aos seus contratos de trabalho, exceto se a rescisão de seu contrato decorreu de redução do quadro de empregados da empresa contratante ou do encerramento de suas atividades.

Art. 4º A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania será responsável pela certificação da condição de egressos e pelo cadastramento das empresas que venham a aderir ao programa. Parágrafo único. A Secretaria deverá ainda fiscalizar o cumprimento efetivo da jornada de trabalho pelos egressos.

Art. 5º O contribuinte manterá a disposição do Fisco Estadual, pelo prazo decadencial, os documentos que comprovam a condição de egresso do Sistema Prisional dos seus empregados que propiciaram a apropriação do benefício previsto no artigo 2º desta Lei, bem como o comprovante de sua frequência no trabalho.

Art. 6º É condição para o gozo do benefício de que trata esta Lei que o contribuinte esteja adimplente com os tributos estaduais, bem como as demais obrigações acessórias de natureza tributária estabelecidas na legislação estadual, tanto no momento da contratação do egresso quanto ao longo do tempo de duração do contrato de trabalho.

Art. 7º O Poder Executivo poderá estabelecer, em Regulamento, condições formais e normas especiais de controle para o gozo do benefício de que trata esta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Renato Hinnig
Lido no Expediente
Sessão de 26/03/14

JUSTIFICATIVA

Trata-se de projeto que visa dar oportunidade de inclusão social e financeira aos egressos do sistema prisional, constituindo-se em importante ferramenta para aplacar as dificuldades de emprego dos ex-apanados.

Acerca da constitucionalidade do projeto, ressalta o recente julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo nº 743.480 Minas Gerais, Relator Ministro Gilmar Mendes, onde o STF decidiu que não há reserva de iniciativa para leis sobre tributos.

O ministro relator disse que não há reserva de iniciativa para leis de natureza tributária, incluindo legislação que versa sobre renúncia fiscal. As leis sobre matéria tributária enquadram-se na regra de iniciativa geral, o que autoriza qualquer parlamentar a apresentar projeto sobre instituição, modificação ou revogação de tributo.

Pelo exposto, encaminho anexo Projeto de Lei a fim de instituir a possibilidade de contratação de egressos do sistema prisional, com benefício aos empresários optantes, como política pública destinada a transformar a realidade de ex-apanados no Estado de Santa Catarina.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 072.6/2014

Autoriza a criação de Zona de Tratamento Tributário Diferenciado pelo ICMS.

Art. 1º Fica o Estado de Santa Catarina autorizado a criar Zonas de Tratamento Tributário Diferenciado pelo ICMS, cujo objetivo será equalizar a incidência do imposto sobre as mercadorias comercializadas por contribuintes estabelecidos no Estado em cidades situadas nas áreas fronteiriças com os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A implantação e operacionalização das Zonas de Tratamento Tributário Diferenciado se dará mediante redução da base de cálculo, redução de alíquota ou concessão de crédito presumido.

Art. 3º Além dos termos, condições e especificações previstas em regulamento, o benefício previsto nesta Lei será restrito aos contribuintes estabelecidos em municípios limítrofes com os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, observando-se que:

I - a sede do município catarinense constitua cidade geminada com a sede de município das Unidades especificadas neste artigo;

II - a legislação relativa ao ICMS vigentes naquelas Unidades possa resultar em tratamento mais benéfico aos contribuintes nelas instalados em detrimento dos contribuintes estabelecidos em Santa Catarina;

III - o tratamento tributário dispensado pelas Unidades citada no caput possa causar prejuízos reais ou potenciais a economia do Estado.

Art. 4º O benefício previsto nesta Lei não se aplica ao contribuinte em débito com a Fazenda Estadual, exceto se com a exigibilidade suspensa.

Art. 5º Ato do Chefe do Poder Executivo definirá quais cidades, produtos e mercadorias, bem como os limites quantitativos e valorativos, que serão contempladas com o benefício instituído por esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação
Sala das Sessões, em

Deputado Renato Hinnig

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/14

Justificativa

A proposta visa conceder a empresa catarinense, que atua nos municípios fronteiriços com os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, tratamento isonômico ao dispensado por aquelas unidades da Federação. A redação proposta de forma genérica visa permitir a SEF definir em regulamento quais os produtos e operações que serão alcançados pelo benefício de sorte que possam ser incluídos ou excluídos determinados produtos ou operações em decorrência de avaliação técnica e financeira realizada pela Administração.

Acerca da constitucionalidade do projeto, ressalta o recente julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo nº 743.480 Minas Gerais, Relator Ministro Gilmar Mendes, onde o STF decidiu que não há reserva de iniciativa para leis sobre tributos.

O ministro relator disse que não há reserva de iniciativa para leis de natureza tributária, incluindo legislação que versa sobre renúncia fiscal. As leis sobre matéria tributária enquadram-se na regra de iniciativa geral, o que autoriza qualquer parlamentar a apresentar projeto sobre instituição, modificação ou revogação de tributo.

Pelo exposto, encaminho anexo Projeto de Lei a fim de criar Zonas de Tratamento Tributário Diferenciado pelo ICMS no Estado de Santa Catarina.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 006.2/2014

Altera a Lei Complementar nº 453, de 05 de agosto de 2009, com as alterações da Lei Complementar nº 499 de 25 de março de 2010, redistribui cargos no Grupo: Segurança Pública - Polícia Civil, Subgrupo: Agente da Autoridade Policial e o Art. 150 da Lei nº 6.843, de 28 de julho de 1986, bem como dá outras providências.

Art. 1º Ficam redistribuídos os cargos de provimento efetivo, integrantes das respectivas classes e categorias funcionais pertencentes ao Grupo: Polícia Civil, Subgrupo: Agentes da Autoridade Policial a que se refere o Anexo III, IV e V da Lei Complementar 453, de 05 de agosto de 2009, conforme Anexo Único, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 2º O Provimento dos cargos criados nesta Lei Complementar obedecerá ao disposto no artigo 13, da Lei nº 6.843, de 28 de julho de 1986.

Parágrafo Primeiro. Os policiais civis que estiverem ocupando cargos excedentes nas carreiras a que se refere o Anexo Único desta Lei Complementar, permanecerão nos respectivos níveis até a efetiva promoção à classe imediatamente superior, cujos cargos serão declarados extintos logo após a ocorrência de suas promoções.

Parágrafo Segundo. As despesas decorrentes da redistribuição dos cargos previstos na presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º O Artigo 150 da Lei 6.843 de 28 de julho de 1986 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.150. Por ocasião de sua aposentadoria, a título indenizatório, o policial civil terá direito a tantas quotas equivalentes a 50% (cinquenta por cento) incidentes sobre o seu subsídio quantos forem os anos de serviços prestados no âmbito das Polícias Civil ou Militar do Estado, computáveis para a inatividade, até o máximo de trinta nos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher, a serem integralizadas ao benefício de acordo com resolução do Delegado Geral, com recursos do Fundo de melhoria da Polícia Civil instituído por meio da Lei nº 13.239, de 27 de dezembro de 2004, após a publicação do respectivo ato de aposentadoria.

Parágrafo único. A indenização aposentatória justifica-se em razão dos riscos decorrentes da atividade de segurança, da jornada de trabalho especial, da dedicação exclusiva do policial civil ao longo dos anos e, para fins de contagem dessas cotas, a fração de tempo igual ou superior a cento e oitenta dias será considerado um ano.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário

Sala das Sessões, em

Deputado Mauricio Eskudlark

Lido no Expediente

Sessão de 26/03/14

ANEXO ÚNICO

GRUPO: SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA CIVIL

SUBGRUPO: AGENTE DA AUTORIDADE POLICIAL

QUADRO DE CARREIRAS: AGENTE DE POLÍCIA CIVIL, ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL E PSICÓLOGO POLICIAL CIVIL

CARREIRAS	CLASSE	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
		CARGOS EXISTENTES	CARGOS REDISTRIBUIDOS
Agente de Polícia Civil	I	875	250
	II	870	300
	III	708	400
	IV	567	500
	V	541	600
	VI	360	740
	VII	296	800
	VIII	278	905
Sub-Total		4.495	4.495
Escrivão de Polícia Civil	IV	270	100
	V	181	130
	VI	108	170
	VII	42	200
Sub-Total		634	834
Psicólogo Policial Civil	VI	200	40
	VII	104	54
	VIII	54	64
Sub-Total		358	158
Total		5.487	5.487

JUSTIFICATIVA

A presente Lei Complementar pretende alterar a Lei Complementar nº 453 de 05 de agosto de 2009, com as alterações da Lei Complementar nº 499 de 25 de março de 2010, especificamente no que diz respeito a redistribuição de cargos nos diversos níveis das carreiras de Agente de Polícia, Escrivão de Polícia e Psicólogo Policial se justificam primeiramente em razão da necessidade de instituir um quadro lotacional para a Polícia Civil que contemporize todo o universo policial. No entanto, a falta de vagas ofertadas para que ocorra as promoções dos policiais civis, faz com que o mesmo fique estagnado na mesma classe durante um longo período, inclusive conquistando o direito a aposentadoria, mas no entanto sem conseguir chegar ao final da carreira, tendo em vista que a falta de existência de vagas impede que o policial seja promovido.

Ademais, a redistribuição dos cargos, oportunizará o surgimento de vagas para promoções de forma considerável, levando estímulo e compensação ao policial civil, que dentro de princípios racionais de distribuição de pessoal e aliado a sua experiência funcional ao longo dos anos, deverá crescer não só na carreira, mas avançando também de acordo com a complexidade dos serviços ofertados pelas unidades policiais sediadas em comarcas de maiores demandas criminais, ocorrências e contingente populacional.

Nessa mesma linha, a nova redação prevista para o artigo 150, da Lei 6.843/1986 (Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina) tem como objetivo assegurar ao policial civil, após o cumprimento do interstício de aposentadoria, a percepção de uma

verba pecuniária indenizatória que servirá, principalmente, como compensação pelos anos de dedicação à causa da segurança pública, considerando a natureza especial da atividade, os riscos dela decorrentes e os desgastes físico e mental a que foi submetido durante sua trajetória profissional, expondo-se a riscos constantes, tendo que conviver com pessoas a margem da sociedade ou a atuar em atividades estressantes, se considerarmos o mínimo e o máximo grau de periculosidade das mesmas, eis que ao longo dos anos compromete sua segurança, expõe sua saúde, limita sua higidez necessária ao convívio normal com seus familiares.

Nada mais justo então, que o policial civil, após ter permanecido prestando exercício em atividades nos âmbitos das Polícias Civil ou Militar, tenha assegurada pelo Estado aos chegar o momento de sua aposentadoria, a percepção da verba indenizatória, na medida em que possa garantir-lhe certo conforto imediato.

Assim, diante dos motivos expostos, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação do feito.

Deputado Mauricio Eskudlark

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 015/2014

Declara de utilidade pública a Federação Catarinense de Motociclismo, em Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Federação Catarinense de Motociclismo, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de março de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 116/2013

Dispõe sobre a criação do Selo Verde +, para os municípios que tenham na área urbana, no mínimo, uma árvore a cada 5 (cinco) habitantes.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Selo Verde +, a ser conferido pelo Governo do Estado de Santa Catarina aos municípios que tenham, em área urbana, no mínimo, uma árvore a cada 5 (cinco) habitantes.

§ 1º Os municípios contemplados com o Selo proposto no *caput* deste artigo terão prioridade na obtenção de recursos do Estado destinados a programas especiais nas áreas de saneamento, infraestrutura básica, habitação, saúde, educação e transporte, observada a Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º As árvores a que se refere o *caput* deste artigo abrangem apenas aquelas, preferencialmente de espécies nativas, situadas nas vias, praças e demais logradouros públicos, excluindo-se as localizadas em áreas privadas, nos parques e nas demais unidades de conservação situadas na área urbana.

§ 3º A definição de árvore, para os fins a que se destina esta Lei, se dará na forma do regulamento.

§ 4º A população municipal considerada para fins do previsto no *caput* deste artigo será aquela constante na mais recente contagem da população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponível.

§ 5º A contabilização das árvores para fins do previsto no *caput* deste artigo deverá ser feita anualmente pela própria Prefeitura Municipal, a partir de planilhas de quantitativos e localização, que deverá estar disponível para eventual fiscalização e controle.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 26 de março de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 339/2013

Dispõe sobre a estadualização da rodovia municipal que liga os Municípios de Sul Brasil e Jardinópolis e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Governo do Estado autorizado a estadualizar a estrada que liga os Municípios de Sul Brasil e Jardinópolis.

Art. 2º A estrada de que trata o art. 1º desta Lei terá uma extensão de 15.000 m (quinze mil metros).

Parágrafo único. A referida rodovia será incorporada à malha rodoviária estadual do Programa Rodoviário Estadual (PRE) após a respectiva publicação do Decreto de estadualização.

Art. 3º Fica ainda autorizado o Governo do Estado a realizar todas as obras necessárias para a sua restauração, pavimentação e conclusão.

Art. 4º A estrada de que trata o art. 1º desta Lei terá a classificação de "Rodovia SC".

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 26 de março de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 440/2013

Declara de utilidade pública o Instituto Educar para Salvar, de Joinville.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Educar para Salvar, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de março de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0528.6/2013

O Projeto de Lei nº 0528.6/ 2013 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 0528.6/ 2013"

"Declara de utilidade pública Estadual a Veteran Car Club de Florianópolis, com sede no município de Florianópolis".

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Veteran Car Club de Florianópolis, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação Vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Mauro de Nadal

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 19/03/14

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 528/2013

Declara de utilidade pública a Veteran Car Club de Florianópolis, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Veteran Car Club de Florianópolis, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de março de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 563/2013

Declara de utilidade pública a Associação Acolher, de Itapema.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Acolher, com sede no Município de Itapema.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de março de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REQUERIMENTO**REQUERIMENTO Nº 001.0/2014**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

REQUERIMENTO

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no Regimento Interno e nos termos da Resolução nº 005, **REQUEREM** a Constituição da Frente Parlamentar em Defesa dos Comerciantes, com objetivo de promover estudos e aprimorar a legislação referente ao tema específico e, ainda, difundir e potencializar as ações em defesa dos direitos dos trabalhadores comerciais, que é a maior categoria profissional do País.

Sala das Sessões,

Deputado Neodi Saretta

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Romildo Titon

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Jailson Lima

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 25/03/14

TERMO DE ADESÃO

Os Parlamentares que esta subscrevem, com amparo no Regimento Interno e nos termos do art. 4º da Resolução nº 005 de 30 de agosto de 2005, **manifestam sua adesão à Frente Parlamentar** em Defesa dos Comerciantes, com o objetivo de promover estudos e aprimorar a legislação referente ao tema específico e, ainda, difundir e potencializar as ações em defesa dos direitos dos trabalhadores comerciais, que é a maior categoria profissional do País.

Sala das Sessões,

Deputado Neodi Saretta

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Romildo Titon

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Jailson Lima

Deputada Ana Paula Lima

*** X X X ***